



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação
Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS NO SISTEMA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO:
ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO CAMINHAR NO ÂMBITO DA PRESERVAÇÃO
FAMILIAR

Mestranda: Sandra Rosado Marques
Orientador: Professor Doutor Paulo Coelho Dias

Maio 2019

Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação
Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Mestranda: Sandra Rosado Marques
Orientador: Professor Doutor Paulo Coelho Dias

Maio 2019

Agradecimentos

“ If you can dream it, you can do it”

Walt Disney

As palavras parecem sempre insuficientes quando nos propomos descrever com elas o que nos vai na alma... Agradecer, de forma adequada, àqueles que, de diferentes maneiras, comigo partilharam este sonho não é tarefa fácil, por isso, desde já, a todos, os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu querido Orientador Professor Doutor Paulo Coelho Dias pela sua Enorme sabedoria, pelo seu apoio e motivação que sempre me transmitiu. Aprendi imenso consigo! Muito obrigada!

À minha Grande amiga e colega, Lia Pinto. Pela gratidão que sinto, por caminhares comigo ao longo destes anos de percurso académico desde a Licenciatura. Pela inspiração que sempre me deste e incentivo na luta pelos nossos sonhos, só assim foi possível alcançarmos os nossos objetivos juntas. Obrigada! Pelas nossas reflexões, partilha e aprendizagem que construímos juntas nas nossas viagens até Santarém que passavam a correr... És especial para mim. Orgulho-me tanto de ti!

A toda a equipa do CAFAP da Associação Caminhar onde se realizou o estudo, pelo acolhimento, disponibilidade e tempo dispensado. Às minhas colegas do Mestrado (Fernanda e Carla) e a todos os Professores do MESIC em especial, à Professora Perpétua Santos Silva e à Professora Lia Pappamikail. Foi sempre gratificante ir para Santarém para estarmos juntos para a compreensão e interpretação do papel do Educador Social na procura de respostas efetivas e eficazes às necessidades das sociedades cada vez mais complexas.

E, claro, à minha Família! A minha Grande fonte de inspiração. Aos meus queridos pais, Félix e Teresa e aos meus sogros, Carlos e Bárbara por acreditarem sempre em mim. Ao meu irmão Carlos pela inspiração e apoio que sempre me deu. Ao meu marido Nuno, pelo seu incentivo, apoio e compreensão.

Não foi nada fácil este percurso, sobretudo quando se tem duas filhas pequenas, com uma enorme energia e a precisarem tanto da mãe! Partilhei muitas vezes o computador com a mais nova, ao meu colo.

O agradecimento maior vai mesmo para elas, Daniela e Ema, pelos vossos sorrisos e abraços e por serem SEMPRE a minha fonte inspiradora em todos os momentos da minha vida!

Resumo

No contexto de Proteção das Crianças e Jovens, as Famílias são uma das principais realidades com que os técnicos se deparam. As crianças representam o futuro e compete-nos a todos promover e garantir-lhes as melhores condições de vida durante a infância. No entanto, são conhecidas inúmeras situações de Crianças e Jovens em situação de risco, sujeitos a maus-tratos, negligência e abusos.

Este estudo tem como objetivo conhecer as principais problemáticas existentes de um Concelho na Área da Grande Lisboa, sinalizadas e encaminhadas para a Associação Caminhar enquanto resposta social capaz de responder à complexidade das famílias sinalizadas e identificar quais as respostas/estratégias socioeducativas que implementam com essas famílias no sentido de prevenir a retirada dessas crianças/jovens da sua família.

Em suma, pretende-se compreender de que forma a atuação do CAFAP- Associação Caminhar contribui para a redução e/ou resolução das situações de risco e para a alteração das condições sociais e das dinâmicas familiares que se encontram desajustadas ao desenvolvimento integral da criança ou jovem no âmbito da Preservação Familiar.

Recorremos metodologicamente a uma abordagem qualitativa. O motivo de escolha deste método deve-se ao fato de se tratar de uma pesquisa intensiva de uma resposta organizacional inovadora, havendo, por isso, necessidade de recorrer a fontes de informação diversificadas, trazidas por várias técnicas de investigação: observação não participante das visitas domiciliárias às famílias com registos em diário de campo entrevistas semi- diretivas à Diretora Técnica e às técnicas que acompanham os casos e consulta e análise de documentos institucionais internos e externos da organização.

Naturalmente, estamos perante uma realidade muito complexa que exige uma intervenção multidisciplinar de várias entidades e instituições. Este tipo de estudo permite a real relação entre a teoria e a prática, para a compreensão e interpretação possível do papel do Educador Social na procura de novas formas e caminhos, para dar respostas com qualidade, adequadas, efetivas e eficazes às necessidades e potencialidades das famílias destas sociedades cada vez mais complexas com múltiplos desafios e múltiplos problemas.

Palavras- Chave: Intervenção Social com Famílias; CAFAP, Proteção das Crianças e Jovens

Abstract

In the context of the Protection of Children and Young People, Families are one of the main realities faced by technicians. Children represent the future and it is up to us all to promote and guarantee them the best living conditions during childhood. However, there are numerous situations of children and young people at risk, subject to mistreatment, neglect and abuse.

The objective of this study is to know the main problems in the Lisbon metropolitan area, identified and forwarded to the Caminhar Association that acts as a social institution, capable of responding to the complexity of the signaled families and identify the socio-educative responses / strategies they implement with these families to prevent the withdrawal of these children/youth from their family. In summary, it is intended to understand how CAFAP Caminhar Association contributes to the reduction and / or resolution of risk situations and to the alteration of the social conditions and family dynamics that are out of step with the integral development of the child or young person in the scope of Family Preservation.

Methodologically we resort to a qualitative approach. The reason for choosing this method is due to the fact that it is an intensive research of an innovative organizational response, therefore, it is necessary to resort to diversified sources of information, brought by several research techniques: non-participant observation of visits domiciliary interviews with families with field journal records semi-directive interviews with the Technical Director and the techniques that accompany the cases and consultation and analysis of internal and external institutional documents of the organization.

Naturally, we are facing a very complex reality that requires a multidisciplinary intervention of several entities and institutions. This type of study allows the real relation between theory and practice, for the understanding and possible interpretation of the role of the Social Educator in the search for new ways and ways, to provide quality, adequate, effective and effective answers to the needs and potentialities of the families of these increasingly complex societies with multiple challenges and multiple problems.

Keywords: Social Intervention with Families; CAFAP, Protection of Children and Young People

Lista de abreviaturas

| | |
|---------|---|
| CAFAP | Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental |
| CPCJ | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens |
| IPSS | Instituição Particular de Solidariedade Social |
| LPCJP | Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo |
| PIAF | Plano Individual de Acompanhamento Familiar |
| RNCAFAP | Rede Nacional de CAFAP |
| TFM | Tribunal de Família e Menores |
| RSI | Rendimento Social de Inserção |
| AS | Assistente Social |
| DT | Diretora Técnica |
| CT | Coordenadora Técnica |

Índice de Quadros

Quadro 1. Designações das Famílias utilizadas na literatura (Adaptação de Sousa *et al.*, 2007 p.17) 26

Quadro 2 -Síntese do protocolo de intervenção da Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar (Xarepe *et al*, 2017)..... 72

Índice

| | |
|--|------|
| Agradecimentos..... | iii |
| Resumo..... | iv |
| Abstract..... | v |
| Lista de abreviaturas..... | vi |
| Índice de Quadros..... | vii |
| Índice..... | viii |
| Introdução..... | 11 |
| CAPITULO I - Infância na Sociedade Portuguesa..... | 15 |
| 1.1. Infância enquanto condição social..... | 15 |
| 1.2. Crianças e Jovens em Risco e/ou em Perigo | 18 |
| 1.3. O Superior interesse das Crianças em Portugal - Enquadramento legal | 19 |
| CAPITULO II - Parentalidade e Família (s) com Crianças e Jovens em Risco..... | 23 |
| 2.1. Famílias: conceito, origem, evolução | 24 |
| 2.1.1. Áreas vulneráveis/problemáticas | 29 |
| 2.2. Modelo Ecológico e Sistémico..... | 30 |
| CAPÍTULO III - Intervir com as Famílias de Crianças e Jovens em Risco | 35 |
| 3.1. CAFAP- enquanto resposta Social na Intervenção Famílias..... | 35 |
| 3.2. O Educador Social na Intervenção com as famílias | 40 |
| CAPITULO IV- Metodologia..... | 43 |
| 4.1. Plano de Observação..... | 44 |
| A- Observação direta | 44 |
| B- Entrevistas..... | 45 |
| C- Análise documental..... | 46 |
| 4.2. Contexto da Investigação - Associação Caminhar- Modelo de Intervenção no âmbito da Preservação Familiar. | 47 |
| 4.3. Caracterização Sociofamiliar do Universo das Famílias no âmbito da Preservação Familiar..... | 51 |
| 4.4. Amostra | 51 |

| | |
|--|------|
| CAPÍTULO V – Tratamento e apresentação dos resultados..... | 53 |
| 5.1. Caraterização Sócio Demográfica das oito Famílias | 53 |
| 5.2. Caraterização Social das 20 Crianças | 54 |
| 5.3. Organização do CAFAP | 55 |
| 5.4. As Famílias acompanhadas pelo CAFAP | 60 |
| 5.5. Funções e competências dos/as profissionais na intervenção com famílias socialmente vulneráveis | 62 |
| 5.6. Intervenção no âmbito da Preservação Familiar | 65 |
| 5.7. Redes de Suporte Social..... | 73 |
| CAPÍTULO VI – Considerações Finais | 78 |
| Referências Bibliográficas..... | 84 |
| Anexo A - Pedido de autorização para efetuar um estudo científico no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária. | viii |
| Anexo C - Guião de Entrevista Semi-Diretiva DIRETORA TÉCNICA DO CAFAP | viii |
| Anexo D - Guião de Entrevista Semi-Diretiva TÉCNICAS DO CAFAP | xiv |

Introdução

A presente Dissertação enquadra-se no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, com o tema “ Intervenção com Famílias no Sistema de Promoção e Proteção: estudo de caso da Associação Caminhar¹ no âmbito da Preservação Familiar”.

Procura compreender de que forma a atuação do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) - da Associação Caminhar contribui para a redução e/ou resolução das situações de risco e para a alteração das condições sociais e das dinâmicas familiares, que se encontram desajustadas ao desenvolvimento integral da criança ou jovem no âmbito da Preservação Familiar.

Tendo por base o trabalho desenvolvido na Associação Caminhar na intervenção com famílias socialmente vulneráveis, no âmbito da Preservação Familiar, temos como objetivo: Conhecer as principais problemáticas existentes no Concelho na Área da Grande Lisboa, sinalizadas e encaminhadas para a Associação Caminhar enquanto resposta social capaz de responder à complexidade das famílias sinalizadas e identificar quais as respostas/estratégias socioeducativas que implementam com essas famílias no sentido de prevenir a retirada dessas crianças/jovens da sua família.

Neste estudo, dá-se particular importância aos instrumentos legais que presidem à proteção social da infância e juventude, nomeadamente a Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro), uma vez que constitui o quadro legal no âmbito do qual se situa o papel das entidades com competência em matéria de infância e juventude, designadamente os CAFAP.

Esta investigação iniciou-se com a análise documental de livros, artigos de revistas científicas, dissertações de mestrado, doutoramento e legislação, instrumentos fundamentais em todos os momentos de pesquisa, que possibilitaram o levantamento de informações teóricas sobre as diversas temáticas. Os CAFAP são uma resposta relativamente recente no âmbito dos serviços sociais portugueses, revelando-se assim um contexto onde a investigação é essencial para potenciar e adequar as respostas destes serviços às necessidades das famílias. Precisamente por esta ser uma resposta recente, os CAFAP tendem a operar de formas muito distintas (Melo & Alarcão, 2009) pelo que, neste

¹ De acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que se encontra em vigor desde o dia 25 de Maio de 2018 e de forma a preservar o anonimato da Associação bem como das famílias observadas no presente estudo foi atribuída uma designação fictícia à Associação.

trabalho, focar-nos-emos na resposta de um serviço específico – o CAFAP da Associação Caminhar.

O Trabalho Social para a Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, enquanto instrumento de política social na área da Infância e Juventude, implementado pelos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) tornou-se o assim o ponto de partida e motivação para a presente investigação.

De acordo com a Carta Social (2017, p.22) do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental são uma resposta social ligada ao apoio a Crianças e Jovens em risco e às respetivas famílias. Nos últimos anos tem havido um grande interesse por esta temática nas investigações universitárias que usam esta resposta social como local de estudos de caso para a análise e compreensão de diferentes problemas.

A Associação Caminhar é uma IPSS criada em 2001 (Decreto-Lei nº118/02 de 22 de maio). Esta resposta social surgiu como resultado de várias preocupações e inquietações por parte de um grupo de profissionais de saúde e de justiça, face à crescente institucionalização de crianças e jovens. Tem como Missão:

“Reduzir e Prevenir o número de crianças institucionalizadas; prevenir a negligência e maus-tratos infantis; promover competências parentais; promover a autonomização familiar; promover direitos de cidadania. Possui três respostas de intervenção: Preservação Familiar; Reunificação Familiar e Ponto de Encontro Familiar”.

O trabalho profissional com as famílias reconhece diferentes formas de entender e intervir na família, como instituição histórica e social reprodutora da ordem social. O Modelo de intervenção com as famílias tem como referência a Convenção dos Direitos da Criança. Orienta-se por uma visão centrada no superior interesse da criança e do jovem, como sujeitos de direitos, na valorização das suas redes pessoais de pertença e de interação social (família, escola, comunidade, sociedade).

Do ponto de vista metodológico e técnico, optou-se por seguir uma abordagem qualitativa, por se tratar de uma pesquisa intensiva de uma resposta organizacional inovadora, havendo, por isso, necessidade de recorrer a fontes de informação diversificadas, trazidas por várias técnicas de investigação: observação não participante das visitas domiciliárias às famílias; entrevistas semi-diretivas à Diretora Técnica e Técnicas do CAFAP.

Este tipo de estudo enquadrado no âmbito da Educação Social permite estabelecer relação entre a teoria e a prática, possibilitando uma melhor compreensão e interpretação por parte do Educador Social na procura de novas formas e caminhos, para dar respostas com qualidade, adequadas, efetivas e eficazes às necessidades e potencialidades das famílias, cada vez mais complexas e enfrentando múltiplos desafios. De acordo com Carvalho e Baptista (2004, p. 11) “A Educação Social é a expressão da responsabilização da sociedade diante dos problemas humanos que a percorrem e ela não os pode erradicar.”

Uma vez que a intervenção do CAFAP é assegurada por uma equipa multidisciplinar (artigo 23º da Portaria 139/2013 de 2 de abril) composta por “Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais” acreditamos que a ação do Educador Social, ao integrar estas equipas que intervêm com as famílias se revela uma mais-valia.

“Os educadores Sociais são chamados a intervir em territórios de intervenção partilhados por muitos outros profissionais, divididos por uma pluralidade de competências e de funções”. (Carvalho e Baptista, 2004, p.99).

No que respeita à estrutura, este documento encontra-se dividido em seis capítulos, com os correspondentes pontos e subpontos:

No Capítulo I, partindo da noção de “criança sujeito” de direitos procura-se enquadrar a evolução histórica da infância enquanto condição social tal como preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança. Dá particular importância aos instrumentos legais que presidem à proteção social da infância e juventude, nomeadamente a Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, uma vez que constitui o quadro legal no âmbito do qual se situa o papel das entidades com competência em matéria de infância e juventude, designadamente os CAFAP e a intervenção com as famílias.

No capítulo II, partindo da noção de parentalidade que constitui um dos papéis mais exigentes e desafiantes da vida, enquadra-se a família a partir de diferentes autores enquanto instância privilegiada para o desenvolvimento humano. Aprofunda-se ainda as especificidades das famílias multiproblemáticas, sua origem histórica e análise das principais características. Faz-se uma breve abordagem ao Modelo Ecológico, de Urie Bronfenbrenner (1977), em que se baseia essencialmente na intervenção realizada com as crianças em risco.

No capítulo III, é abordada a intervenção com as famílias e procura-se contextualizar os serviços focados na família com crianças e jovens em perigo nomeadamente os CAFAP enquanto resposta Social reconhecida em 2013 pela Portaria n.º 139/2013 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a uma breve caracterização da Rede Nacional de

Centros Apoio Familiar e Acompanhamento Parental (RNCAFAP). Enquadra-se o estudo num novo paradigma educativo: a Pedagogia Social, acabando com uma breve reflexão acerca do papel do Educador Social na intervenção com famílias.

O capítulo IV, diz respeito ao Enquadramento metodológico e aos principais objetivos desta investigação. Serão abordadas as questões metodológicas, as técnicas e os instrumentos de recolha de informação. É explicado o processo de desenvolvimento da investigação, feita uma breve caracterização do contexto de investigação – Associação Caminhar, e a caracterização do universo das famílias acompanhadas no âmbito da Preservação Familiar.

No Capítulo V, procede-se à análise e interpretação da informação recolhida. É feita a Caracterização Sócio Demográfica das oito Famílias e das oito crianças observadas diretamente no seu contexto natural através das visitas domiciliárias. Seguidamente, passamos a apresentar os resultados obtidos, após o tratamento dos dados, com base nas entrevistas realizadas aos profissionais do CAFAP.

No Capítulo VI são apresentadas as considerações finais onde se sistematizam as principais reflexões e conclusões desenvolvidas ao longo do estudo e onde se evidencia algumas sugestões para investigações futuras.

CAPITULO I - Infância na Sociedade Portuguesa

Partindo da noção de “criança sujeito” de direitos, tal como preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança, o presente capítulo procura enquadrar a evolução histórica da infância enquanto condição social e identificar alguns dos constrangimentos à concretização destes Direitos que nem sempre são respeitados, o que pode colocar a criança em situação de perigo e/ou risco.

Em Portugal, nos termos do nosso sistema jurídico, a intervenção para a Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens em perigo obedece à Lei n.º147/99, de 1 de setembro orientadora da atuação dos Estados no que respeita à Infância e Juventude.

1.1. Infância enquanto condição social

A infância, enquanto fase da vida, é hoje entendida não só como uma realidade biológica, mas também como uma condição social que tem vindo a ser concebida num contexto de mudanças sociais e históricas. Até aos finais do século XVII o espaço social da infância quase não existia e durante uma boa parte da história da humanidade, não foram tidas em consideração as suas fases de desenvolvimento e a sua vida foi subvalorizada pela família. A criança não possuía quaisquer direitos, sendo a família considerada um meio de reprodução social e os filhos uma forma de perpetuar o nome e o património familiar. (Pinto & Sarmento, (1997).

Apenas no século XX surge um novo olhar sobre a criança em que o enfoque passa a ser colocado na proteção e nos cuidados. A criança passa a ser vista como sujeito pleno de direitos e deveres, e não como um sujeito dependente de outrem.

Segundo Almeida (2005, p. 580)

“(…) a criança deixa então de ser olhada como adulto em miniatura, ou braço para o trabalho e instrumento de sobrevivência, sendo reconhecida como categoria de idade específica, encarada como um ser com características únicas, próprias e distintas das do adulto, na sua fragilidade e vulnerabilidade”.

O século XX é assim marcado pela emergência da noção da “criança sujeito” de direitos. Um dos principais contributos foi sem dúvida a criação da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em 1946 e mais tarde a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959. Esta declaração inclui dez princípios para a proteção e desenvolvimento da criança, distribuindo-se por conteúdos em que se estabelece o limite à provisão (condições saudáveis e seguras de crescimento), à proteção (contra a discriminação sexual, exploração comercial, violência, cuidados de assistência a órfãos e

crianças refugiadas) e à participação (direito a expressar opiniões, de expressão, de consciência e de religião). Tal pretende regular universalmente as práticas sociais dirigidas a todas as crianças. Mais tarde, com a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989 pela Assembleia- Geral das Nações Unidas, que lhes confere um estatuto ativo e o direito à proteção emerge a infância como condição social relevante e nesta fase começam também a organizar-se políticas sociais de assistência e de proteção específica, bem como políticas educativas. (Sarmiento 2004)

De acordo com Sarmiento, Fernandes & Tomás (2017, p.47) “A imagem da criança como sujeito ativo de direitos, legitimada a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), encontrou em Portugal um desenvolvimento importante a partir da área da sociologia da infância.” Em 1990 Portugal regista uma viragem importante na construção e consolidação de uma infância cidadã. Ainda Sarmiento (2004 pág.14) configura a criança como cidadã, sujeito de participação ativa, o que implica uma

“Transformação sociocultural que promova a inclusão social plena de todas as crianças, a evolução para instituições que garantam a defesa do seu superior interesse, e a aceitação da sua opinião, como forma de participação no espaço que habitam e ajudam a construir.”

Assim a Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989 e ratificada por Portugal em 12 de Setembro 1990 “apresenta-se como um documento fundamental na definição de um corpo abrangente de direitos para a criança, representando, pelo menos teoricamente, um marco fundamental no percurso de construção e definição de um estatuto digno para todas as crianças.” (Soares, 1997, citado por Freitas, 2011, p.37).

Com base nesta Convenção sintetizam-se alguns dos Direitos que são mais relevantes com base no tema da presente investigação:

- “O direito à dignidade e a um harmonioso desenvolvimento físico, psicológico, afetivo, moral, cultural e social, essencial para a realização pessoal e também social da criança, mediante a participação positiva na vida da comunidade e, por outro lado, o sentimento de pertença familiar e comunitária;
- O direito a uma família responsável, que a acompanhe e promova o seu desenvolvimento;
- O direito à palavra, à liberdade de pensamento e de religião;
- O direito ao respeito pela sua intimidade, honra e reputação;
- O direito à proteção, no domínio da prevenção contra qualquer forma de violência e no domínio da saúde e da segurança social;
- O direito à interiorização de valores, dos deveres e dos limites;
- O direito a ser ouvida e de terem em consideração as suas opiniões, de acordo com a sua idade;

- O direito a que todas as decisões sobre a criança tenham como ponto de partida o seu superior interesse;
- O direito de ser acompanhada a nível afetivo e estruturante, lúdico, incluindo a aprendizagem e assim o direito à experimentação;
- O direito à educação e, por fim,
- O direito à educação para a tolerância e a paz, isto é, assumir as responsabilidades de vida numa sociedade livre, tendo por base a compreensão e a igualdade entre todos os povos”.

Esta Convenção trouxe um conjunto de alterações muito importantes para a infância, nomeadamente a substituição do conceito tradicional de proteção pelo conceito de participação, reconhecendo à criança direitos semelhantes aos dos adultos, passando assim a criança, de objeto de direito a sujeito de direito. Partindo do pressuposto que a Convenção sobre os Direitos das Crianças promoveu a construção de novos discursos, novas políticas e novas práticas sobre e para a infância, procurando melhorar as condições de vida e bem-estar nas diversas dimensões da vida das crianças, a realidade atual revela ainda constrangimentos à concretização dos direitos enunciados. Intervir na infância contempla, uma dimensão temporal, na medida em que o que está em causa não é apenas o presente, mas também o futuro daqueles e daquelas que irão construir a vida em sociedade, como adultos.

Neste âmbito, Almeida (2005) refere a importância dos fatores que conduzem a uma grande diversidade de experiências na infância que a família transmite da socialização familiar: o estatuto social e económico da família, a sua dimensão, a etnia, as condições de saúde, mas também os afetos e as relações estabelecidas no seio familiar. Fica claro que crescer numa situação de pobreza é um dos traços de desigualdade mais marcante conduzindo a experiências de vida mais vulneráveis.

Neste sentido, a condição de pobreza é uma negação dos direitos da criança a que muitas famílias ainda estão sujeitas atualmente, remete para níveis de vida que comprometem o seu bem-estar integral, no que respeita ao artigo 27º da Convenção sobre os Direitos das Crianças “ Os Estados partes reconhecem à criança o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social”. As crianças têm sido um dos grupos sociais mais afetados pela pobreza e exclusão a nível mundial.

1.2. Crianças e Jovens em Risco e/ou em Perigo

Considerando os diversos constrangimentos identificados para uma plena concretização dos Direitos da Criança, a criança pode encontrar-se ou ser colocada em situação de perigo e/ou risco, sendo assim fundamental perceber-se esta distinção conceptual.

De acordo com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)

“As situações de risco implicam um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança (e.g.: as situações de pobreza), embora não atingindo o elevado grau de probabilidade de ocorrência que o conceito legal de perigo encerra. A manutenção ou a agudização dos fatores de risco poderão, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo, na ausência de fatores de proteção ou compensatórios. Nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco prévia, podendo instalar-se perante uma situação de crise aguda (e.g.: morte, divórcio, separação). É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo que determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, no nosso Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude”. (Em Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das crianças e Jovens)

O fator de risco “designa todo e qualquer evento, situação, condição ou característica da criança ou do adolescente que aumenta a probabilidade de ocorrência de outro fenómeno” (Fonseca, 2004, p.17 citado por Freitas 2011 p.38). As crianças e jovens em risco constituem um drama complexo que necessita do envolvimento das famílias, técnicos e instituições, para o poder solucionar, na lógica de que todos trabalham para ultrapassar a situação de risco e/ou perigo. As crianças e jovens em risco representam um problema social, existindo diferentes formas para designar as crianças e jovens em risco e/ou perigo. De acordo com Fonseca (2004, citado por Freitas 2011, p.38) estas são consideradas como “indivíduos com grande probabilidade de se envolverem em transgressões de normas sociais e, em consequência, suscetíveis de desencadear sanções por parte da comunidade a que pertencem”

Neste âmbito Fonseca (2004, citado por Freitas 2011 p.38) considera alguns elementos que são definidores da expressão crianças ou jovens em risco, nomeadamente “um grupo que tem uma probabilidade elevada de apresentar um padrão de desenvolvimento problemático ou indesejado, segundo um ou diversos parâmetros”. Ainda de acordo com a mesma autora (Freitas, 2011), outra perspetiva de análise do perigo e do risco a que as crianças podem estar sujeitas remete-nos para a análise das famílias, podendo ser consideradas como um grupo de pessoas, onde as condições socioeconómicas, não são favoráveis ao seu desenvolvimento. Estas dificuldades abrangem as competências sociais, competências para a resolução de problemas e a capacidade de

ver ou examinar as situações do ponto de vista dos outros e podem traduzir-se em diferentes problemáticas e formas de inadaptação. A criança pode estar em perigo em diversas instituições e lugares, públicos e privados, mas é em casa, que os maus tratos são, não só mais frequentes, como mais perigosos.

Neste sentido consideram-se maus tratos

“Qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos ativos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados) e (ou) dignidade” (Magalhães, 2004, citado por Freitas 2011 p.39).

1.3. O Superior interesse das Crianças em Portugal - Enquadramento legal

Em Portugal existiram dois momentos significativos que assinalaram a importância da infância. O primeiro, a “Lei de proteção à Infância” em 27 de maio de 1911, que constitui um marco histórico e o segundo a publicação da Organização Tutelar de Menores de 1962, revista pela Organização Tutelar de Menores de 1978, tendo entrado em vigor a 1 janeiro de 2001.

Esta última constitui-se um marco inovador na política de proteção à criança, dado que, reforça a intervenção preventiva e dá relevo ao papel da família. (Sampaio, Cruz & Carvalho 2011). Assiste-se assim à proliferação de instrumentos jurídicos que tinham como objetivo principal dar ênfase à criança e à sua condição enquanto categoria social iniciada no século XX, denominado o século da criança. A importância dada às crianças e jovens em perigo traduz-se na elaboração de leis para as proteger, como seja, a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Os seus princípios constituem orientações nesta área e inclui um processo de reforma que resulta do debate entre o modelo que privilegia a defesa da sociedade e o respeito dos direitos, liberdades e garantias das crianças e o modelo de proteção que privilegia a intervenção do Estado na defesa da criança. Não se pretende fazer aqui uma transcrição exaustiva da LPCJP. Serão apenas focados alguns aspetos mais relevantes para melhor compreensão do enquadramento do presente estudo.

De acordo com a presente Lei: “Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: (artigo 3º,

Legitimidade da Intervenção, nº 2, Lei 147/99 de 1 de Setembro):² Alterada pela Lei 26/2018, de 5 de julho

- a) “Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.”

Estas práticas de negligência traduzem-se, entre outras, pela falta de condições e higiene habitacionais e pessoais, por práticas referenciais de desinteresse pelos filhos em termos de segurança e cuidado (alimentar, repouso, enquadramento), pela sua educação escolar e também pelo facto de não conseguirem ou de não sentirem necessidade de mudar.

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo ocorre quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda da criança ou jovem coloquem em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de uma ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, artigo 3º). Esta lei contém inúmeros artigos que descrevem uma intervenção baseada no superior interesse da criança e jovem, sendo esta a base para a institucionalização.

Os princípios orientadores nos termos do artigo 4º da LPCJP são:

- a) “Interesse superior da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b) Privacidade - a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- c) Intervenção precoce - a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

²- [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis&so_miolo= 5ª versão - a mais recente](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis&so_miolo=5ª%20vers%C3%A3o%20-%20a%20mais%20recente) (Lei n.º 26/2018, de 05/07)

- d) Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;
- e) Proporcionalidade e atualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- f) Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- g) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas - a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante;
- h) Prevalência da família - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável;
- i) Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- j) Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;
- k) Subsidiariedade - a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.”

Como vimos, o processo de intervenção deve orientar-se segundo alguns princípios, considerados no artigo 4º da lei 147/99, de 1 de Setembro: o superior interesse da criança; a responsabilidade parental, no sentido de os pais assumirem os seus deveres para com a criança e jovem; a privacidade respeitante à intimidade, ao direito à imagem e à vida privada, quer da criança e jovem, quer da família; deve ser uma intervenção precoce e mínima, isto é, apenas as entidades e instituições indispensáveis à promoção e proteção da criança e jovem devem intervir; importante também é a obrigatoriedade da informação à criança e à família de todo o processo.

Relativamente às medidas de promoção e proteção (artigo 34º da referida lei) são aplicadas pelas Comissões de Proteção (CPCJ) e pelos Tribunais de Família e Menores (TFM) e têm como objetivo

“Afastar o perigo em que se encontram as crianças e jovens, garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso, proporcionando-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento”

Estas medidas, de acordo com o artigo 35º da lei 147/99, de 1 de Setembro, podem ser executadas em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida); ou em regime de colocação (acolhimento familiar, acolhimento em instituição). Ao intervir junto de crianças e jovens em

perigo privilegiam-se as medidas que não os retirem do seu meio familiar. Contudo, há situações que obrigam a um afastamento temporário da criança ou jovem da família, de forma a criar as condições necessárias para a sua futura reintegração e bem-estar. A medida e a proposta de intervenção é dada a conhecer aos pais, e sendo aceite, é escrita, sendo assim produzido um Acordo de Promoção e Proteção (APP) que tem de ser assinado por ambas as partes. Caso os pais não aceitem a intervenção, o processo passa para o Tribunal de Família e Menores para que seja aberto um Processo Judicial de Promoção e Proteção.

No Acordo de promoção e proteção relativamente às medidas em meio natural de vida e segundo o art.º 56º da lei 147/99, de 1 de Setembro devem constar:

- “a) Os cuidados de alimentação, higiene, saúde e conforto a prestar à criança ou ao jovem pelos pais ou pelas pessoas a quem sejam confiados;
- b) A identificação do responsável pela criança ou pelo jovem durante o tempo em que não possa ou não deva estar na companhia ou sob a vigilância dos pais ou das pessoas a quem estejam confiados, por razões laborais ou outras consideradas relevantes;
- c) O plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação dos tempos livres;
- d) O plano de cuidados de saúde, incluindo consultas médicas e de orientação psicopedagógica, bem como o dever de cumprimento das diretivas e orientações fixadas;
- e) O apoio económico a prestar, sua modalidade, duração e entidade responsável pela atribuição, bem como os pressupostos da concessão.”

Quanto à duração, revisão e cessação das medidas no meio natural de vida (art.º 60º da mesma lei) “não pode ter duração superior a um ano, podendo, todavia, ser prorrogadas até 18 meses se o interesse da criança ou do jovem o aconselhar e desde que se mantenham os consentimentos e os acordos legalmente exigidos.” Excecionalmente, quando a defesa do superior interesse da criança ou do jovem o imponha, a medida prevista pode ser prorrogada até que aqueles perfaçam os 25 anos de idade.

CAPITULO II - Parentalidade e Família (s) com Crianças e Jovens em Risco

Partindo da noção de parentalidade, que constitui um dos papéis mais exigentes e desafiantes da vida, sendo vista como uma tarefa complexa, difícil e desafiadora, neste capítulo pretende-se enquadrar a família a partir de diferentes autores enquanto instância privilegiada para o desenvolvimento humano. Aprofundam-se ainda as especificidades das famílias multiproblemáticas, sua origem histórica e análise das suas principais características.

É na teoria dos sistemas ecológicos de Urie Bronfenbrenner (1977) que se baseia essencialmente a intervenção realizada com as crianças em risco, pois além de permitir enquadrar e compreender melhor as famílias, permite a possibilidade de analisar aspetos da criança em desenvolvimento, do contexto em que vive e dos processos interativos que influenciam o próprio desenvolvimento humano, em determinados períodos de tempo.

Pelo exposto, a representação da criança constrói-se também, a partir da família, sendo esta um lugar privilegiado para a observação dos processos de produção da infância, bem como a criança protagonista ativa na construção da sua família. A Educação das crianças é uma das competências mais significativas nas sociedades e a importância da família remete sobretudo para a consideração dos pais como uma das fontes mais relevantes de socialização e educação. (Valente, 2009).

O Conselho da Europa define parentalidade como um comportamento parental que se baseia no melhor interesse da criança e que assegura o seu crescimento, educação, capacitação, com reconhecimento e orientação, sem violência e com fixação de limites para permitir o seu pleno desenvolvimento (Council of Europe, 2006)³. Existe assim, uma promoção de um relacionamento positivo com a criança, a otimização do seu potencial de desenvolvimento e um reconhecimento do valor da infância. As crianças devem ser vistas como valiosos membros da sociedade e não somente como futuros adultos.

Assim, a parentalidade constitui um dos papéis mais exigentes e desafiantes da vida e implica uma experiência subjetiva de se tornar numa dessas figuras. Considerando (Almeida, 2015, p. 9) a parentalidade é vista como uma tarefa “complexa, difícil e desafiadora, revela-se como uma das que incutem maior responsabilidade no ser humano, ao longo da sua vida”

³ Disponível em

https://www.coe.int/t/dg3/healthbioethic/Activities/10_Biobanks/Rec%282006%294%20EM%20E.pdf
tradução nossa.

Também Cruz (2005, citado por Coutinho *et al* 2012, p. 406) define parentalidade como um

“conjunto de ações encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade”

De acordo com as mesmas autoras “A presente definição coloca, pois, o enfoque na família e no contexto em que esta se insere como fatores determinantes no exercício da parentalidade, ao mesmo tempo que associa este conceito à “definição das funções e dos papéis desempenhados pelos pais” (p. 406). Com base neste pressuposto

“A família e a parentalidade têm sido alvo de considerável atenção política e social, existindo uma diversidade de legislação, quer nacional quer internacional, cujo objetivo é assegurar a proteção da infância/juventude e família. A nível nacional, poderemos destacar, a este respeito, a ratificação por Portugal da Convenção sobre os Direitos da Criança (21 de setembro de 1990), a Lei Constitucional n.º 1/2005 (12 de agosto, sétima revisão constitucional, arts. 67º, 68º, 69º e 70º), a Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (lei n.º 147/99 de 1 de setembro) e regulamentação das respetivas medidas de promoção e proteção” (Coutinho *et al* 2012, p.407)

Os desafios que se colocam às famílias e ao exercício da parentalidade são inúmeros. A família é cada vez mais responsabilizada pelo desenvolvimento e socialização das suas crianças.

2.1. Famílias: conceito, origem, evolução

A família desempenha uma função fundamental que é importante valorizar nas diferentes fases da vida da criança promotora de autonomia e de integração social adequada. Quando pensamos em família, pensamos no espaço por excelência onde se desenvolvem e se vivem os afetos, onde se estabelecem relações de confiança e se promove o cuidado e o bem-estar de todos os seus elementos.

“É um espaço privilegiado para a transmissão de valores que permite à criança o desenvolvimento de sentimentos de pertença, de tomada de consciência, de autonomização e individuação, condicionador e modelador do seu comportamento, a família constitui o alicerce fundamental que dá suporte ao que somos e ao que fazemos ao longo de toda a nossa vida”. Sampaio, *et al* (2011 p.151)

A família é um lugar de socialização, principalmente na primeira infância, sendo no seu contexto que se transmitem e constroem os princípios de base de comportamentos e atitudes as quais irão influenciar os percursos de vida e as formas de relacionamento interpessoal, dentro e fora deste núcleo.

Pode-se definir uma família como sendo uma “união de pessoas que compartilham um projeto vital de existência em comum, o qual se quer duradouro, sendo nele que se geram fortes sentimentos de pertença a esse grupo, existe um compromisso pessoal entre os seus membros e estabelecem-se imensas relações de intimidade, reciprocidade e dependência” (Palácios & Rodrigo, 1998, citados por Valente, 2009, p. 5).

A família ao longo dos anos sofreu transformações relacionadas com as alterações sociais e culturais. É entendida como um sistema complexo, que diz respeito à sua continuidade e múltiplos significados a nível psicológico, sociológico, histórico, demográfico, económico, cultural, religioso e político. Apesar de a família ser o meio ideal para o crescimento e realização afetiva de todos os seus membros, a verdade é que, sendo também ela um espaço privilegiado de intimidade e de privacidade é muitas vezes palco de graves e traumáticos conflitos.

As famílias que se encontram sinalizadas e que são encaminhadas para intervenção, nomeadamente para os CAFAP são classificadas como multiproblemáticas pobres. Como o conceito indica são famílias que apresentam vulnerabilidades em muitas frentes. Frágeis e com menos recursos, na presença de fatores de risco consideradas com maiores probabilidades de desenvolver comportamentos desajustados e desadequados.

O conceito de família multiproblemática tem as suas origens na década de 50 do século XX, por profissionais e investigadores anglo-saxónicos provenientes da área do trabalho social. Inicialmente, o conceito de famílias multiproblemáticas direcionava-se para famílias de nível socioeconómico baixo, isto é, aquelas que se situavam no limiar da pobreza, deixando de parte as características específicas, tais como relações interpessoais, sociais e familiares (Alarcão, 2006). Este tipo de família define-se por “uma forma de estar e de relacionar-se, bem como, pela existência de uma série de problemas que afetam um número indeterminado de elementos, em margens qualitativa e quantitativamente muito amplas” (Alarcão, 2006, p. 315).

No entanto, com o avanço da investigação, foi possível perceber outras dimensões subjacentes a estas famílias, tais como a estrutura e dinâmicas relacionais (Sousa, 2005). Assim, a partir das várias pesquisas e reflexões teóricas relativas ao conceito, várias designações foram emergindo, procurando ilustrar algumas das suas características específicas, em termos do seu funcionamento e organização (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007).

Os autores, com base numa revisão da literatura, procuram descrever os problemas, dificuldades e efeitos adversos da intervenção dos serviços de apoio formais e das relações estabelecidas com estas famílias (Sousa *et al*, 2007). Igualmente sintetizam, a partir de diferentes autores, as várias definições de família e a definição que, à data da produção do

texto original desses diferentes autores lhes estava associada – conforme síntese na tabela seguinte.

Quadro 1. Designações das Famílias utilizadas na literatura (Adaptação de Sousa *et al.*, 2007)

| Designações das Famílias | Autores | Definição |
|---------------------------|---|---|
| Associais | Voiland (1962) | Centra os comportamentos sociais desviantes das famílias. |
| Desmembradas | Minuchin e col. (1967) | Faz referência às fronteiras familiares, descrevendo as famílias com limites difusos no seu interior e na relação com o exterior. |
| Isoladas | Powell e Monahan, (1969) | Referem o retraimento social e a ausência de apoio nos momentos difíceis da vida familiar, independentemente da classe social. |
| Suborganizadas | Aponte (1976, 1981) | Famílias com alguma lacuna ao nível da constância e diferenciação da organização estrutural do sistema familiar (diferencia famílias desorganizadas de famílias com formas inadequadas de organização). Acentuam os aspetos disfuncionais de carácter estrutural. |
| Excluídas | Thiorny (1976) | Famílias perceptíveis pela separação em relação aos contextos parental, institucional e social. |
| Multiparentais | Fulmer (1989) | Famílias em que a função parental se degrada por se dispersar por várias Figuras internas e externas. |
| Empermanente crise | Kagan e Schlosberg (1989) | São famílias em constante crise, sem períodos de estabilidade. |
| Multicrise | Minuchin (1995) | Famílias que vivem crises sucessivas. |
| Diluídas | Colapinto (1995) | Famílias que deixam de usar os seus recursos, em resultados da transferência de funções familiares Para os serviços sociais. |
| Multiassistidas | Linares (1997); Minuchin, Colapinto e Minuchin (1998); Imber-Black (1988) | Famílias que recebem apoios de diversos serviços e profissionais, normalmente pouco coordenados e fragmentados. |

| | | |
|--|---|--|
| Multiproblemáticas | Cancrini, Gregorioe Nocerino, (1997); Alarcão (2000) Sousa (2005); Sousa <i>et al.</i> (2007) | Famílias caraterizadas pela: presença, em simultâneo, de comportamentos problemáticos graves e estáveis no tempo, em vários membros; Insuficiência grave nas atividades Funcionais e relacionais da família; fragilidade dos limites e relação crónica de dependência comos serviços. |
| Cronicamente disfuncionais | Minuchin, Colapinto e Minuchin (1998) | A disfuncionalidade é transgeracional, reproduz-se e perpetua-se no espaço e tempo de vida dos familiares. |
| Multistressadas | Madsen (1999) | Famílias que vivem permanente e sucessivamente situações de estresse. |
| Multidesafios | Summer, McManne Fuger (1997) | Famílias que enfrentam múltiplos desafios ou múltiplas necessidades de mudança. |
| Socialmente vulneráveis Fator vulnerabilidade/fragilidade na presença do fator risco | Rutter (1987) | Distinguem-se das famílias de risco ou em risco, pelo facto de na presença do risco, serem vulneráveis, ou seja, possuem fragilidades internas e externas tais como baixa-estima, depressão e/ou pobreza e possuem menos recursos, estando mais propícias a desenvolverem comportamentos desajustados. |
| Família autossuficiente/ Família doente | Imber-Black (1988) | Uma família deve ser capaz de suprir as suas necessidades emocionais, financeiras, organizativas, sociais e recreativas. Quando necessita de apoio externo está <i>doente</i> . Precisar e receber ajuda significa fraqueza, patologia e é sempre indicativo da existência de vários problemas. |
| Famílias autónomas | Maturana e Varela (1980) | - A família é um sistema aberto com autonomia e competências para cocriar autossoluções e co evoluírem para a mudança. Isto é, não é comandada do exterior, pois a troca comunicacional (abertura informal) é acompanhada de autonomia organizacional (fecho operacional). Deste modo, os sistemas seguem as suas regras e fazem as suas próprias escolhas, não sendo reguláveis do exterior por intermédio da ação de um interventor. |

Fonte: Sousa (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007, p.17).

A diversidade de termos existentes na literatura é reflexo da complexidade destas famílias, não sendo, nenhum deles, um conceito absoluto, mas complementar, emergindo destes as principais características das famílias multiproblemáticas. A definição operacional de famílias multiproblemáticas mais utilizada e difundida na literatura foi realizada por Cancrini, Gregorio e Nocerino (1997 citados por Alarcão, 2006, p.320-321) são aqui definidos seis critérios para que possamos afirmar que estamos perante uma família deste tipo:

- 1)“Presença simultânea de dois ou mais elementos do mesmo sistema familiar com comportamentos problemáticos estruturados, estáveis no tempo e suficientemente graves para exigir uma intervenção externa;
- 2)Grave insuficiência na assunção, por parte dos pais, das atividades funcionais e afetivas necessárias ao adequado desenrolar da vida familiar;
- 3)Reforço recíproco entre os dois primeiros aspetos;
- 4)Fronteiras e limites, comum num sistema em que profissionais e outras figuras externas substituem, ainda que de forma parcial, os elementos da família incapazes;
- 5)Estruturação de uma relação de dependência crónica da família em relação aos serviços sociais e vice-versa, favorecendo as condições para o desenvolvimento de um equilíbrio inter-sistémico;
- 6)Desenvolvimento de comportamentos sintomáticos característicos como, por exemplo, a toxicodependência tipo D (sociopática)”.

Assim, nestas famílias podemos encontrar múltiplos problemas: maus tratos, alcoolismo, prostituição, delinquência, toxicodependência, insucesso escolar, depressões, psicoses, etc., em que uns são causa e consequência de outros, pelo que estamos perante causalidades circulares.

Por sua vez segundo Sousa & Ribeiro (2005, p.6)

“As descrições e os estudos sobre as famílias multiproblemáticas têm incidido, quase somente, nos défices e patologias, raramente tocando as competências. Provavelmente, esta tendência decorre dos contornos dramáticos da vida destas famílias, que dificulta aos elementos externos (com destaque para os profissionais) valorizar os aspetos positivos, ofuscados pelos problemas”.

De acordo com Sousa *et al* (2007 p.19) a “designação mais usada na prática profissional é famílias de risco e vulneráveis”. Assim, uma família de risco é aquela em que os fatores de risco estão presentes e a probabilidade de o efeito negativo ocorrer é elevado. O termo vulnerabilidade refere-se a fragilidades internas ou externas, como a pobreza, depressão e baixa autoestima.

As famílias vulneráveis encontram-se mais frágeis e na presença de fatores de risco têm maior probabilidade de desenvolver comportamentos considerados desadequados. Os elementos que constituem estas famílias tendem a apresentar baixas competências sociais, dificultando a manutenção de relações em especial fora do sistema familiar (Sousa & Ribeiro, 2005).

Esta parece-nos ser, também, a definição que mais se adequa aos propósitos desta dissertação, com a qual mais nos identificamos e, acima de tudo, cremos ser a mais adequada num trabalho do domínio da Educação Social.

2.1.1. Áreas vulneráveis/problemáticas

Segundo Sousa *et al.*, (2007 pp. 23) nas famílias multiproblemáticas observam-se uma sucessão de crises, problemas e dificuldades acompanhados por elevados fatores de stress. “ estas famílias estão (quase) sempre em crise sem que tenham tempo para se adaptar: os momentos de estabilidade são raros ou de curta duração”. É comum que nestas famílias, quando ocorre um problema, o mesmo seja vivenciado num contexto de elevada fragilidade e, conseqüentemente, agravado pelas próprias características das famílias, pelo facto destas deterem escassas condições para ultrapassar esses momentos, sendo encarados de forma difícil, o que pode conduzir a crises de desenvolvimento da própria família.

As crises desenvolvimentais, tanto individuais como da família podem despoletar outras situações problemáticas, com ocorrência de forma prematura, o que por sua vez pode reforçar outras circunstâncias de fragilidade (Sousa *et al.*, 2007). Constata-se que as famílias multiproblemáticas parecem viver em crise permanente, momentos de estabilidade com pouca duração e devido à perceção que possuem sobre as mudanças normativas do ciclo de vida individual ou da própria família (crises de desenvolvimento), como algo que é esperado (Sousa *et al.*, 2007).

A partir dos estudos de Hespanha, Sousa, Portugal, Rodrigues & Grilo (2005a citados por Sousa *et al.*, 2007 pp.24 a 32) foram identificadas oito categorias gerais relativamente às áreas de problemas das famílias multiproblemáticas: A Educação, área com maior incidência com baixos níveis educacionais; o Emprego, sobretudo, o desemprego, sendo muito comum nestas famílias; a Gestão Financeira, no que toca o orçamento familiar reveladora de má gestão o que tendem a afetar a rotina das famílias; a Habitação que apresenta vários problemas de manutenção, com múltiplos problemas; as Relações Familiares assumem um maior destaque, nas quais se destaca os conflitos com a família alargada e com os elementos do agregado familiar, resultando em ruturas familiares e relações distantes; as Relações Sociais, que também são descritas pela existência de conflitos no relacionamento com a comunidade, no local de trabalho e na escola; o

Rendimento das famílias é escasso, o que faz com que a família dependa de outras fontes de apoio formal ou informal e a Saúde que constitui um dos domínios mais preocupantes destas famílias (elementos portadores de algum tipo de deficiência e/ou perturbação mental, com diferentes níveis de incapacidade e dependência, bem como problemas relativos ao abuso de substâncias ilícitas).

2.2. Modelo Ecológico e Sistémico

Os contextos de vida são determinantes no desenvolvimento psicossocial das crianças de risco, para compreender melhor as suas famílias é fundamental ter em conta as múltiplas influências dos contextos em que vivem, o que se torna fundamental para uma compreensão mais contextualizada do seu quotidiano e das formas como este as condiciona. O modelo ecológico do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner (1977)⁴ apresenta uma problematização bastante completa.

De acordo com Martins & Szymanski (2004 p.66)

“A abordagem ecológica desenvolvida por Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996) privilegia estudos em desenvolvimento de forma contextualizada e em ambientes naturais, diferentemente de experiências em laboratório, visando apreender a realidade de forma abrangente, tal como é vivida e percebida pelo ser humano no contexto em que habita”

É na teoria dos sistemas ecológicos que se baseia essencialmente a intervenção realizada com as crianças em risco, pois permite a possibilidade de analisar aspetos da criança em desenvolvimento, do contexto em que vive e dos processos interativos que influenciam o próprio desenvolvimento humano, em determinados períodos de tempo.

Assim, nas interações entre os indivíduos é possível verificar que o comportamento de um é determinante para o comportamento do outro, numa relação de influência e reforços recíprocos. A família não pode ser compreendida sem envolver todo o sistema, pois todos os elementos se organizam através de uma estrutura de relações, onde se definem papéis e funções conforme as expectativas sociais. (Martins & Szymanski 2004) Então, neste tipo de intervenção com as famílias nos seus contextos há que considerar permanentemente as diversas influências às quais estão sujeitas, na medida em que as famílias são

⁴A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias, artigo consultado em 10 de janeiro de 2018 http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

influenciadas pelos seus contextos e, ao mesmo tempo, os influenciam. Daí a grande importância dada aos contextos onde estas famílias se inserem.

De acordo com os mesmos autores (2004) Bronfenbrenner defende uma análise contextualizada do desenvolvimento humano, através do estudo dos fatores de proteção e dos fatores de risco para a criança aos níveis micro, meso, exo e macro. Esta perspectiva considera que o desenvolvimento humano está relacionado com todos os contextos onde este ocorre, contexto este que não compreende apenas o indivíduo, mas também sistemas contextuais dinâmicos, modificáveis e que estão em constante desenvolvimento. Neste sistema hierárquico Bronfenbrenner concebe o ambiente ecológico tipologicamente, identificando quatro tipos de estruturas que estabelecem uma relação inclusiva entre si.

No primeiro nível ecológico, o mais próximo da criança e jovem refere-se às ligações entre as pessoas presentes no cenário, a natureza dessas ligações, e a sua influência indireta. Este nível é o que está mais próximo da criança, é aquele em que esta pode intervir mais ativamente, e que mais diretamente influencia e intervém no seu processo de desenvolvimento.

O segundo nível ecológico – mesossistemas - é constituído por um conjunto de relações entre dois ou mais microssistemas, nos quais a criança participa ativamente e experiencia a realidade (e.g., relações entre a família e a escola), estas relações formam, elas próprias, um sistema. Este nível é precioso pelo número, diversidade e intensidade das suas conexões. A partir do momento que a criança sai de um microssistema conhecido, como por exemplo a família, para integrar um novo microssistema como a escola, entra no fenómeno de “transição ecológica”, que ocorrem durante todo o ciclo vital.

O terceiro nível ecológico – exossistemas - compreende as estruturas sociais formais e informais que, embora não contenham a pessoa em desenvolvimento influenciam e afetam o contexto imediato que tem lugar em seu redor (as relações que se dão no interior do microssistema são influenciadas por sistemas externos a elas, sistemas em que a pessoa em desenvolvimento não participa) (e.g., para uma criança, o local de trabalho dos pais).

Por fim, no quarto nível ecológico – macrossistemas - é respeitante aos macros históricos formado pelos valores culturais, os sistemas de crenças, as circunstâncias sociais e as sucessões históricas de acontecimentos da comunidade que podem afetar os outros sistemas ecológicos. No entanto, apesar dos seus padrões firmes de organização, pode

também sofrer modificações e, por conseguinte, produzir mudanças correspondentes nos outros níveis ou sistemas ecológicos. (Martins & Szymanski 2004)

Os autores prosseguem referindo que Bronfenbrenner sublinha um outro aspeto significativo na perspetiva ecológica, que consiste no modo como a criança é percecionada, enquanto sujeito ativo que não se limita a adaptar-se ao meio envolvente, mas que é igualmente capaz de o influenciar ou modificar, a esta interação e influência recíproca entre o indivíduo e o meio designa-se de processo de acomodação. Como vimos, as crianças em risco apresentam, pelas suas características maior vulnerabilidade e as suas potencialidades para atingirem um adequado desenvolvimento podem estar comprometidas, o que depende do ambiente social e económico onde a família está inserida.

Numa apreciação crítica à perspetiva sistémica e ecológica, Payne (2005 citado por Delgado 2009 p.159)

“Reconhece-lhe as seguintes vantagens: enfatiza as mudanças ambientais em detrimento das abordagens psicológicas; concentra-se nos efeitos de uma pessoa sobre a outra mais do que nos pensamentos ou sentimentos internos; alerta para a possibilidade de alcançar a mesma finalidade seguindo caminhos alternativos; é unitária, integrada e holística; e evita explicações lineares ou determinísticas (tipo causa-efeito) do comportamento ou dos fenómenos sociais”.

Esta abordagem caracteriza-se como sendo uma abordagem sistémica das situações de risco ou de perigo para a infância de modo a identificar a complexidade de fatores que contribuem para o desenvolvimento da criança, impedindo avaliações e intervenções lineares ou determinísticas; promove ainda o desenvolvimento de modelos integrados de avaliação e de intervenção decorrentes de causas multivariadas e em constante interação; possibilita a análise do impacto das políticas sociais no dia-a-dia das crianças e das suas famílias, bem como a promoção de uma relação mais igualitária e o menos assimétrica possível entre os profissionais e a criança ou a sua família.

Por sua vez, Delgado (2009), considera este modelo significativamente vantajoso para a análise das situações de risco e de perigo para a criança, que mostram sempre causas multifatoriais, descreve e analisa “o ambiente ecológico concreto em que vive com a sua família e íntegra, as suas disfunções, e o modo como a família se relaciona com os meios exteriores, ao nível do meso e do exossistema”. (p.161)

Quando pensamos em intervenção familiar, temos de pensar sobretudo, na prevenção e promoção das competências das famílias e das crianças e jovens. O modelo ecológico contribui para a intervenção centrada tanto no indivíduo, como na sua família e no ambiente, tendo por base a teoria geral dos sistemas. O recurso a este modelo contribui

para o entendimento particular e geral da dinâmica e das interações familiares. Perante esta abordagem sobre a perspectiva ecológica, conclui-se que a mesma apresenta uma moldura conceptual que possibilita compreender a interação recíproca e dinâmica, que se cria entre a criança e a sua família. As intervenções nestas situações exigem um plano apto para abraçar esta complexidade, tendo como objetivo minimizar os fatores de risco e maximizar os fatores de proteção e a promoção de oportunidades nos vários sistemas ecológicos.

Pelo exposto o modelo ecológico contribuiu para a conceptualização dos programas e serviços de apoio à família, assim como influenciou o desenvolvimento dos princípios da prevenção primária para que os serviços centrados na família diversificassem o tipo de intervenções. Assim foram-se desenvolvendo respostas de proteção e promoção das famílias, que promovem os diferentes domínios da intervenção social com os grupos familiares. “A relação entre o Estado e as famílias originou um processo evolutivo que culminou no desenvolvimento de políticas sociais de proteção e promoção da família, regulando assim as intervenções sociais junto das famílias” (Núncio 2013 citada por Correia 2018, p.15)

A intervenção social com famílias tem constituído, desde as origens do serviço social, uma dimensão claramente relevante, sendo que levou ao desenvolvimento de um enorme conjunto de saberes, modelos e metodologias. Correia (2018) referindo-se a Núncio (2013), salienta que as políticas de família visam a promoção do bem-estar dos indivíduos dentro da família, bem como o bem-estar da família como um todo, devendo assim apoiar os indivíduos nas suas diferentes opções e trajetórias. Face à realidade das famílias, nos dias de hoje, as políticas sociais, devem apoiá-las no exercício das suas funções, essencialmente ao nível da garantia de subsistência, proteção, educação/socialização, cuidado e afeto.

A intervenção deve ser promotora do desenvolvimento das pessoas, da resolução das suas necessidades, da sua autodeterminação e do seu empoderamento. Trabalhar com as famílias é, acima de tudo, trabalhar com um processo dado que, quando apoiada e promovida, a família pode constituir o primeiro e mais importante dos estímulos à mudança individual

Nesta abordagem Núncio (2013 citada por Correia 2018, p.11) salienta que:

“A família promove, ou deve promover, o desenvolvimento físico, psicológico e emocional, a satisfação de necessidades materiais, uma vinculação afetiva de caráter profundo, sólido e duradouro, e a transmissão de todo um património cultural e identitário, que se inicia com a atribuição do nome de família e se fortalece pela transmissão de valores, tradições e rituais que marca, a identidade própria e a história da família.”

De acordo com a mesma autora, tendo ainda por base a perspectiva de Núncio (2013), no contexto da intervenção com famílias é necessário considerar alguns princípios fundamentais que passam por conhecer a família e elaborar a sua história familiar sendo este um momento privilegiado de contacto. Deve-se por isso criar uma relação de empatia, ouvir as suas necessidades, problemas bem como ter em conta as suas potencialidades e recursos disponíveis, no fundo fazer um diagnóstico que permita ter um levantamento geral dos fatores de risco bem como de proteção e que vai permitir à equipa técnica selecionar o modelo de intervenção mais adequado e elaborar estratégias de intervenção. O segundo remete para a importância do sentido ético na forma de intervir com as famílias, devendo ter-se em conta as trajetórias de vida pessoais, valores e crenças para a compreensão global da família. O terceiro e o quarto passa por ter em conta a família enquanto sistema complexo reconhecendo os seus problemas e tendo em conta os vários elementos que a constitui. Por fim a equipa deve reconhecer os seus preconceitos e refletir em que medida estes poderão influenciar na sua intervenção junto daquela família.

CAPÍTULO III - Intervir com as Famílias de Crianças e Jovens em Risco

Neste capítulo abordamos a intervenção com famílias sendo esta uma emergência da questão Social do Estado. Procuramos desta forma contextualizar os serviços focados na família com crianças e jovens em perigo nomeadamente os CAFAP enquanto resposta Social reconhecida em 2013 pela Portaria n.º 139/2013 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e com recurso a uma breve caracterização da Rede Nacional de Centros Apoio Familiar e Acompanhamento Parental (RNCAFAP). O trabalho profissional com as famílias reconhece diferentes formas de entender e intervir na família, como instituição histórica e social reprodutora da ordem social. Assim, apresentamos uma breve reflexão acerca do papel do Educador Social enquadrada num novo paradigma educativo: a Pedagogia Social.

3.1. CAFAP- enquanto resposta Social na Intervenção Famílias

De acordo com Melo & Alarcão (2009, p.55) "os serviços focados na família incorporam uma grande variedade de intervenções disponibilizadas às famílias, tendo por base os cuidados proporcionados às crianças". As mesmas autoras afirmam que os serviços de apoio à família, em articulação com outros, devem assumir como preocupação central a prevenção a diferentes níveis. Como vimos anteriormente Melo & Alarcão (2009, p.56) "As perspetivas ecológicas (Bronfenbrenner, 1979) contribuíram para que os serviços centrados na família diversificassem o tipo de intervenções considerando diversos níveis de influências contextuais que interagem entre si, e com as características da criança, na construção dos seus percursos desenvolvimentais". Assim e tendo por base a Carta Social (2017, Gabinete de Estratégia e Planeamento Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (p.22)

"As respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens englobam "a Creche; a Educação Pré-escolar; o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), o Centro de Acolhimento Temporário (CAT), o Lar de Infância e Juventude (LIJ) e os Centros de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental (CAFAP)."

Considerando a resposta dos CAFAP, em 2008 a Rede Nacional de Centros de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental surge por iniciativa da Associação Integrar de Coimbra⁵, tendo nessa data sido dados os primeiros passos para se vir a constituir o que hoje é a Rede Nacional. Foi formalmente constituída em Maio de 2009 com a integração de

⁵<http://www.integrar.org/historial.htm>

24 CAFAP, contando com 37 no ano de 2011⁶. Não foi possível encontrar dados oficiais que permitam dizer quantos CAFAP existem à data de redação desta dissertação.

O objetivo da RNCAFAP de acordo com o protocolo⁷ de 24 de janeiro de 2012 artigo 1º, que foi estabelecido com todas as entidades que aderiram ao mesmo é a

“Parceria efetiva e articulação privilegiada entre as Instituições, de forma a proporcionar uma melhoria significativa dos serviços prestados à comunidade em geral, às populações às quais se dirigem, objetivando-se a dinamização da Rede Nacional de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.”

O grupo de articulação técnica tem como objetivos essenciais:

- “Promover a Articulação entre técnicos com vista a otimizar a intervenção;
- Melhorar, qualitativamente, o serviço prestado pelos equipamentos, facilitando a partilha de informação e a troca de experiências;
- Aperfeiçoar e desenvolver Metodologias de Intervenção;
- Definir prioridades e estratégias globais de intervenção;
- Promover o intercâmbio entre os diferentes Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental;
- O representante da Rede Nacional de CAFAP`S deve representar e defender os interesses dos mesmos no âmbito nacional, ou seja junto de outros grupos técnicos nacionais”

Compete assim a cada CAFAP, de acordo com o artigo 3º:

“Manter uma articulação estreita com os restantes membros da Rede de Nacional de CAFAPs, comparecendo às Reuniões de Trabalho, Encontros Nacionais de CAFAPs; colaborar ativamente na organização e promoção de Reuniões de Trabalho, Encontros Nacionais de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, Ações de Informação e Sensibilização, de forma a pôr em prática os objetivos que se propõem no presente Protocolo; colaborar na planificação e avaliação, de forma contínua, dos Instrumentos e das Metodologias de trabalho e contribuir para a definição de estratégias para a promoção de continuidade da Rede Nacional de CAFAP.”

A 2 de abril de 2013 a Portaria n.º 139/2013 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social “estabelece a forma de intervenção, organização e funcionamento dos CAFAP”. A partir desta Portaria, a população alvo passou a abranger somente as famílias referenciadas pelas CPCJ, tribunais ou outras instituições ligadas à educação, segurança social ou saúde que, devido a relações disfuncionais e más práticas educativas, tenham: medida de promoção e proteção em meio natural de vida (com respetivo apoio junto à pessoa responsável pela criança ou jovem em causa) ou de colocação em família de acolhimento ou instituição. (Melo & Alarcão, 2009).

Apesar de toda a sua pertinência no contexto dos serviços sociais portugueses os CAFAP não tinham até ao início de 2013 qualquer enquadramento legal, o que levava a que cada CAFAP funcionasse da forma que considerasse mais adequada de acordo com as

⁶ <http://www.asassts.com/gca/index.php?id=24198>

⁷ <http://redenacionalcafap.blogspot.com/p/protocolo-rede-nacional-de-centros-de.html>

necessidades das famílias embora os objetivos, a população alvo e as metodologias fossem semelhantes (Melo & Alarcão, 2009).

Neste sentido, estes CAFAP desenvolvem uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, considerando sempre o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar. Esta intervenção privilegia a promoção do exercício de uma parentalidade positiva e visa a qualificação familiar, através de um trabalho próximo e sistemático com as famílias, capacitando-as e dando-lhe autonomia, melhorando o seu desempenho relativamente à função parental e, nalgumas situações, a reintegração da criança ou jovem no meio familiar. Conta com os seguintes objetivos (artigo 3º da Portaria 139/2013 de 2 de abril).

- a) “Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- b) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias, assim como as possibilidades de mudança;
- c) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- d) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- e) Potenciar a melhoria das interações familiares;
- f) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- g) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- g) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- h) Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- i) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso”

Segundo o apoio prestado pelo CAFAP (artigo 4º) beneficiam famílias em risco psicossocial, quando:

- a) “A situação de risco requeira uma intervenção, em tempo útil, que evite a declaração de perigo e a retirada da criança ou do jovem;
- b) A avaliação do risco assinala a inadequação das dinâmicas relacionais e práticas formativas e educativas da família com consequências negativas para o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem;
- c) A aplicação de medida de promoção e proteção em meio natural de vida designadamente, medida de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e confiança a pessoa idónea, exija uma intervenção especializada junto da família;
- d) A situação familiar tenha levado à aplicação de medida de promoção e proteção de colocação da criança ou do jovem em família de acolhimento ou em instituição;
- e) O apoio especializado à família tenha sido recomendado complementarmente a uma intervenção de natureza psicossocial ou terapêutica;
- f) O contrato celebrado no âmbito do Rendimento Social de Inserção preveja uma intervenção especializada junto da família.”

De acordo com a mesma Portaria, esta intervenção centrada na família, na criança ou no jovem deverá obedecer aos seguintes princípios (artigo 5º): “Promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem; Intervenção sistémica; Valorização das competências

parentais; Autonomia das famílias; Participação e corresponsabilização das famílias; Colaboração entre os profissionais; Intervenção mínima; Privacidade e Obrigatoriedade da informação.”

A intervenção desenvolvida pelo CAFAP baseia-se na avaliação de risco familiar e concretiza-se através de programas estruturados de acordo com cada família. É uma intervenção que privilegia uma abordagem sistémica, intensiva e dinâmica tendo em conta o caráter integrador e regular da intervenção com vista a uma visão global e dinâmica da família. As suas modalidades de intervenção visam a qualificação familiar através do reforço de competências parentais (cariz pedagógico) nas diversas dimensões familiares. Assim, os CAFAP e de acordo com as características de cada família baseiam-se em três modalidades de intervenção (artigo 8º).

A Preservação Familiar que funciona ao nível da prevenção sendo o propósito diminuir a probabilidade da retirada da criança do seu meio familiar de origem. “A Preservação Familiar visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida” (artigo 8º - Portaria 139/2013 de 2 de abril)

Na Reunificação Familiar o intuito é conseguir (com uma intervenção especializada) que a criança, depois de ter sido separada da família através do acolhimento em instituição ou colocação noutra família possa regressar ao seu agregado familiar. Já o Ponto de Encontro Familiar tem como principal objetivo a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência.

Em todas estas modalidades podem ser realizadas encontros familiares bem como ações de formação parental que trabalham competências necessárias para uma parentalidade adequada ou apoio psicopedagógico. Todas estas modalidades de intervenção têm não só um carácter autónomo mas também de complementaridade e passam pela realização de projetos/programas a nível grupal ou individual, institucional ou domiciliário que intervenham de acordo com as necessidades de cada agregado. Assim, a dimensão relacional que se desenvolve ao longo dos processos deve estar enquadrado nos diferentes contextos ou seja as fases de intervenção devem adequar-se à modalidade de respetiva, em função da situação de cada família e dos objetivos pretendidos. De acordo com artigo 9º da mesma Portaria existe a “fase de avaliação familiar; Elaboração do Plano Integrado de Apoio Familiar; desenvolvimento e acompanhamento do Plano Individual de Acompanhamento Familiar e o termo da intervenção”.

De forma a atingir o objetivo pretendido, destacam-se algumas estratégias de intervenção estas podem ser: intervenções de facilitação de caráter preventivo/promocional;

intervenções de apoio que inclui vários serviços desde apoio económico, domiciliário, educativo e terapêutico. (Carvalho 2015)

Desta forma e para que tal aconteça, surge a necessidade da criação de equipas multidisciplinares, (artigo 23º), com técnicos de diferentes áreas: Serviço Social, Psicologia e Educação. Profissionais com experiência nos domínios da capacitação e formação familiar e que desenvolvam “um acompanhamento sistemático, intensivo e intencionalizado, baseado num olhar holístico, integrador e teoricamente sustentado sobre a realidade das famílias que pode passar pela educação parental, pelo treino de competências parentais ou apoio psicológico” (Melo & Alarcão, 2009, p.56).

Existe ainda um Coordenador de caso para cada família, que fica responsável de acompanhar todo o processo até o término da intervenção (artigo 17º). As equipas têm a responsabilidade de criar para cada uma das famílias um Plano integrado de apoio familiar PIAF- (artigo 10º), onde constam os dados pessoais de todos os elementos da família, o diagnóstico realizado (fatores de risco, fatores de proteção e tempo esperado de intervenção) além dos objetivos a atingir e atividades a realizar. O PIAF é elaborado no prazo de dois meses aquando a admissão da família e tem a duração de um ano. À medida que a intervenção vai sendo realizada os técnicos têm o dever de manter o processo atualizado com a descrição dos resultados obtidos, avaliação das mudanças verificadas na família e as diligências efetuadas.

Relativamente à formação prevista (artigo 12º) visa-se sobretudo “dotar as famílias das competências e dos recursos necessários a uma melhor dinâmica familiar, designadamente a nível físico, afetivo, relacional, comunitário e de organização familiar”. A intervenção individual com as famílias pode assim ocorrer em espaço institucional e ou domiciliário com vista à observação da criança e família no seu contexto natural de vida.

No que diz respeito ao apoio psicopedagógico e social (artigo 13º Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril) este consiste numa intervenção integrada, de natureza psicológica, pedagógica e social, que possui o objetivo de desenvolver a autonomia e a resiliência das famílias, inculcando nestas a consciência de que são capazes de superar as dificuldades e alterar a dinâmica familiar e pessoal, melhorando assim as suas condições de vida. Importa ainda acrescentar que o Instituto da Segurança Social, I.P., como consta no artigo 25º da referida portaria, é a Entidade que fiscaliza o cumprimento de todas as disposições gerais acima descritas.

Com a publicação da Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril, as intervenções desenvolvidas são sempre focadas na família, recorrendo fundamentalmente ao apoio

psicopedagógico e social, bem como a projetos de treino de competências parentais e familiares. Esta portaria teve como objetivo uniformizar os CAFAP, uma vez que é perceptível que anteriormente à publicação da mesma, estes centros de apoio familiar regiam a sua intervenção sem qualquer tipo de orientações. A criação e publicação deste diploma fez com que estas entidades, existentes de norte a sul do país, se reorganizassem segundo os seus pressupostos de intervenção.

“Os CAFAP podem funcionar como um recurso eficaz de apoio à família, particularmente famílias com crianças e jovens em situação de risco ou maltratadas e a todas as instituições e serviços (e.g., Tribunais e CPCJ) que desenvolvem esforços no sentido de aumentar a segurança, proteção e bem-estar das famílias e suas crianças e jovens”. (Melo & Alarcão, 2009, p.62).

Neste contexto, os CAFAP assumem especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspetiva a sua intervenção.

3.2. O Educador Social na Intervenção com as famílias

O Modelo de intervenção com as famílias tem como referência a Convenção dos Direitos da Criança. Orienta-se por uma visão centrada no superior interesse da criança e do jovem, como sujeitos de direitos, na valorização das suas redes pessoais de pertença e de interação social (família, escola, comunidade, sociedade).

Assim o Educador Social neste contexto

“Intervém numa lógica educacional, a sua metodologia base são a educação e o trabalho de competências sociais, pessoais e profissionais dos indivíduos, com vista a criar a autonomia das pessoas nos seus processos de vida, permitindo crescer e aperfeiçoar-se enquanto pessoa e melhorar a sua qualidade de vida” (Azevedo, 2009, s/p.).

É reconhecido o importante papel da família, na construção da identidade e no desenvolvimento das crianças e jovens, o que determina o carácter preventivo e a orientação para o trabalho em família que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens assume como componentes fundamentais para esta intervenção. Sabemos também que a negligência continua a ser considerada, cada vez mais, como uma situação de risco para o normal desenvolvimento da criança, na medida em que for crescendo a preocupação com a qualidade de vida proporcionada às crianças/jovens.

De acordo com Martins (2015, p.119)

“Passa-se a desenvolver uma preocupação crescente com as necessidades ao nível dos afetos e das relações, com a necessidade de “ser ouvido”, ter disponibilidade e atenção, com a valorização e promoção de competências e com a importância do contexto relacional entre Técnicos e famílias”.

Os técnicos que trabalham para e com as famílias devem munir-se das ferramentas necessárias para o desenvolvimento do seu trabalho. Necessitam de ser criativos e de terem capacidade de adaptação às mudanças das dinâmicas familiares. De acordo com Carvalho & Batista (2004, p.83) “educar exige criatividade, pensamento alternativo, imaginação, espírito empreendedor, capacidade projetiva, abertura ao imprevisto e poder de decisão.”

Dos técnicos espera-se ainda que sejam capazes de refletir sobre as suas experiências pessoais no meio e contextos em que se inserem e que consequentemente influenciam a sua postura e tomada de decisão. Esta reflexão possibilitará a redução das situações de insucesso.

“A reflexão é um processo que significa tomar distância, contestar e comparar, verificar a coerência entre variáveis reguladoras dos problemas e as estratégias de ação para os resolver, explicita o pensamento pela mediação de conceitos que permitam nomear e reconstruir os problemas.” (Granja, 2008, citada por Martins 2015 p.119)

O Educador Social inserido nesta equipa multidisciplinar deve respeitar o ritmo da família, enfatizar as suas capacidades, realçar as mudanças positivas e intervir com empatia, respeito, adotando uma postura de otimismo e positividade que são fatores chave nesta intervenção. Este processo significa dinamizar a rede social de apoio à família, visando a sua reorganização e participação ativa nas decisões que a envolva.

Intervir com as famílias é um desafio constante, pois cada família é única, o que implica um ajustamento constante e estratégias diversificadas na avaliação das situações. O trabalho para a promoção e proteção da criança e jovem tem que incluir todos os elementos envolvidos, os pais ou adultos responsáveis, os menores e, se necessário, alguns elementos da família alargada, o Técnico da Comissão e os Técnicos de outras instituições que contactam regularmente com a família, desde a Escola, o Centro de Saúde, a Segurança Social, a IPSS na qual a família possa estar a ser acompanhada, Centro de emprego, entre outros. A colaboração entre estes diferentes intervenientes torna-se imprescindível, em todas as fases do processo de intervenção com a família, desde a sinalização, passando pelo consentimento, pelo diagnóstico até à aplicação da medida, para que se alterem as condições de vida das famílias. “Os Educadores Sociais encontram-se em posição privilegiada na promoção do sentido integrador que preside ao trabalho social em rede.” (Carvalho& Batista, 2004, p. 84)

Também a rede de proteção primária é um elo fundamental da garantia de proteção. Famílias com redes primárias fortalecidas terão condições muito melhores para proporcionar cuidados e promover o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, mas isto não significa a desresponsabilização da proteção social.

A Educação Social assume aqui um papel fundamental, pois ao longo da vida apropriamo-nos de uma multiplicidade de experiências de aprendizagem, na escola, família e sociedade em geral. Perante este cenário crescente de vulnerabilidade social, torna-se essencial promover estratégias de participação comunitária assentes numa cultura de exercício dos direitos de cidadania. O Educador Social pode vir a desempenhar um papel específico, uma vez que a sua ação socioeducativa se enquadra num novo paradigma educativo: a Pedagogia Social.

Os Educadores Sociais são

“(...) promotores privilegiados da condição humana e é nesse sentido, justamente, que são reconhecidos como técnicos da relação, o que torna esse seu carácter técnico irredutível a qualquer lógica instrumental. Enquadrada por uma perspectiva pedagógica, a relação humana surge-nos sempre mais do que uma simples ferramenta” (Carvalho e Baptista, 2004, p. 95).

A intervenção pedagógica preconizada pelos Educadores Sociais visa ajudar as pessoas a aprender a ajudar-se a si mesmas numa lógica de complementaridade sem o prejuízo da assistência àqueles que provisória ou definitivamente se encontram incapazes de uma auto-ajuda. A dimensão prática, teórica e formativa da pedagogia social permite ao Educador Social fundamentar, justificar e compreender tudo aquilo que poem em prática. A pedagogia social “no espaço da intervenção socioeducativa, emerge a originalidade da educação social, quer pelas suas finalidades, quer pelo seu carater transdisciplinar e praxiológico” (Carvalho e Baptista, 2004, p. 57).

CAPITULO IV- Metodologia

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a fundamentação teórica e teórico-prática das opções metodológicas que nortearam a pesquisa. Nele serão explicitados os posicionamentos metodológicos adotados no decorrer de uma pesquisa de natureza qualitativa. O estudo desenvolvido na Associação Caminhar intitulado “Intervenção com Famílias no Sistema de Promoção e Proteção: estudo de caso da Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar” decorreu entre os meses de abril e setembro de 2017, sendo que as visitas domiciliares decorreram entre maio e julho do mesmo ano.

Começamos por recuperar os objetivos, de forma a justificar a opção metodológica assim como as técnicas e instrumentos utilizados para a recolha de informação. Tendo por base o trabalho desenvolvido na Associação Caminhar na intervenção com as famílias socialmente vulneráveis, no âmbito da Preservação Familiar temos como principal objetivo compreender de que forma a atuação da Associação contribui para a redução e/ou resolução das situações de risco e para as alterações das condições sociais e das dinâmicas familiares que se encontram desajustadas ao desenvolvimento integral da criança ou jovem.

Uma vez que iremos procurar compreender a atuação desta Associação em concreto, constituindo a mesma um caso, com particularidades eventualmente únicas não replicáveis, noutras organizações congêneres, selecionámos como método de investigação o estudo de caso singular. Os estudos de caso inserem-se numa metodologia qualitativa (tendo como tal um raciocínio indutivo) e são definidos como o método onde “se examina o caso em detalhe, em profundidade, no seu contexto natural, reconhecendo-se a sua complexidade e recorrendo-se para isso a todos os métodos que se revelem apropriados” (Coutinho & Chaves, 2002, p. 221).

Enquanto opção metodológica, privilegiamos a perspetiva etnográfica de carácter Qualitativo. Guerra (2006) ressalta a grande fluidez das metodologias qualitativas quanto às formas de aplicação e tratamento, voltadas para o sentido da ação social de sujeitos concretos, tendo a análise qualitativa como ponto principal, as redes sociais, estratégias, representações e trajetórias dos atores, valorizando a vida social da qual estes são integrantes. O motivo de escolha deste método deve-se ao fato de se tratar de uma pesquisa intensiva de uma resposta organizacional inovadora, havendo, por isso, necessidade de recorrer a fontes de informação diversificadas, trazidas por várias técnicas de investigação: observação não participante das visitas domiciliares às famílias e reunião de supervisão com a equipa técnica com registos em diário de campo; entrevistas semi-

diretivas à Diretora Técnica e Técnicas que acompanham os casos e consulta e análise de documentos institucionais internos e externos da organização.

Com vista à recolha dos dados, para a realização do presente estudo, foi contactada a Associação Caminhar, que presta apoio às famílias do Concelho na Área da Grande Lisboa, solicitando a sua colaboração para a realização do mesmo em novembro de 2016 (Anexo A), foi igualmente solicitada a autorização para a utilização da Informação bem como para fazer referência à referida Associação no âmbito deste trabalho, com fins académicos (Anexo G). A seleção das famílias foi realizada em conjunto com a Diretora da Associação, no âmbito da Preservação Familiar.

Este tipo de estudo enquadrado no âmbito da Educação Social permite estabelecer a relação entre a teoria e a prática, para a compreensão e interpretação do Educador Social na procura de novas formas e caminhos, para dar respostas com qualidade, adequadas, efetivas e eficazes às necessidades e potencialidades das famílias, cada vez mais complexas e com múltiplos desafios. De acordo com Carvalho e Baptista (2004, p. 11) “a Educação Social é a expressão da responsabilização da sociedade diante dos problemas humanos que a percorrem e ela não os pode erradicar.” A Educação Social vê o indivíduo como membro de uma sociedade onde participa e transforma a realidade social e esta forma de entender a Educação Social implica um compromisso com a ação, planeamento teórico e metodologias próprias.

O Educador Social no contexto de intervenção com as famílias deve abordar o problema educativo numa dimensão prática com o objetivo de transformar e/ou melhorar a realidade das famílias. Deve, por isso, procurar compreender os motivos/crenças que estão por trás das ações das pessoas e vê-los como atores e agentes da sua própria ação.

De seguida passamos a apresentar o nosso plano de Observação.

4.1. Plano de Observação.

A- Observação direta

Tendo em conta a opção metodológica supra mencionada, recorreremos à observação direta/não participante das visitas domiciliárias no contexto natural das famílias e à reunião de supervisão com a equipa técnica com registo em diário de campo (Anexo B).

De acordo com Gil (2008, p.16) “A observação engloba todos os procedimentos utilizados nas Ciências Sociais. Proporciona ao investigador a matéria de trabalho que vai ser objeto de tratamento definitivo mediante uma classificação, análise e explicação dos factos”. A principal vantagem da observação não participante é que o investigador pode

dedicar toda a sua atenção à observação e realizar anotações à medida que ocorrem os fenómenos.

A técnica da observação não participante nas visitas domiciliárias revelou-se então extremamente enriquecedora, utilizada para obter informações e percepções dos aspetos da realidade destas famílias no seu contexto natural de vida. Foi observado o seu quotidiano, a forma como se organizam, as suas dificuldades, a forma como se relacionam com os filhos assim como toda a dinâmica familiar.

Nas visitas domiciliárias é de ressaltar que sempre que a investigadora ia conhecer uma família nova era apresentada pelas técnicas da Instituição como Estagiária, tal foi combinado previamente com as técnicas, pois se falássemos de investigação poderia de alguma forma comprometer a observação e assim condicionar a investigação.

Para Guerra (2006, p.76), na “observação, o observador permanece no seio do grupo que estuda, observa de modo espontâneo, como espectador, embora mobilizando a informação na condução do seu olhar.”

Por sua vez, o diário de campo possibilitou não só registar e descrever as dinâmicas familiares do agregado familiar, assim como o registo de várias informações obtidas a partir das conversas informais estabelecidas entre as técnicas e as famílias. Foi também utilizado em momentos privilegiados de observação do trabalho em equipa na Instituição e numa reunião semanal de supervisão.

B- Entrevistas.

De forma a complementar o procedimento anterior aplicámos entrevistas semi-diretivas. Estas foram dirigidas às técnicas que acompanhavam as famílias em todo o processo de intervenção com o objetivo de identificar quais as respostas/estratégias socioeducativas que implementam com essas famílias no sentido de prevenir a retirada das crianças/jovens da sua família e à Diretora Técnica de forma a perceber toda a complexidade da organização do CAFAP. Para o efeito, construímos dois guiões de entrevista (Anexo C e D) adequados a cada um dos grupos de respondentes.

Relativamente às entrevistas, estas foram semi-diretivas, dado que, apesar de existir um guião com um conjunto de questões abertas, havia flexibilidade para introduzir outras questões que se considerassem pertinentes ao longo das entrevistas o que se veio a constatar. Neste âmbito Guerra (2006, p. 51) afirma que “o objeto da entrevista é apreender

o sentido subjacente à vida social.” (...) Sendo que a questão mais importante é a clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta” (p. 55).

Por sua vez Gil (2008, p. 109) “a entrevista é uma das técnicas mais usadas nas pesquisas sociais, expondo flexibilidade e viabilidade para obter informações sobre o caso em estudo”. É uma técnica na qual o investigador tem por objetivo fazer perguntas, e a partir das respetivas respostas, pretende conseguir material que sirva para responder às interrogações da sua investigação. Neste caso a mediação ocorre principalmente pelo diálogo. O mesmo autor acrescenta que toda a entrevista se constitui numa interação, em que entrevistado e pesquisador trocam ideias, significados e participam da construção do conhecimento.

As entrevistas foram gravadas, mediante autorização e marcação prévia dada pela Diretora e equipa técnica do CAFAP com a duração média de 50 minutos cada, transcritas na íntegra e submetidas a análise de conteúdo.

C- Análise documental.

Recorreu-se ainda à análise de fontes documentais, tais como documentos institucionais do CAFAP (Regulamento Interno e Relatório de atividades), o Organograma da Instituição (Anexo E), os processos individuais das famílias que acompanhámos neste estudo (oito), o PIAF (Projeto de intervenção e apoio à família) e os relatórios psicossociais das Entidades sinalizadoras (CPCJ, TFM, Escolas, Centros de Saúde).

A opção por estas estratégias teve a ver com o facto de nos permitirem ter um olhar mais abrangente, complexo e complementar sobre o CAFAP e sobre toda a sua intervenção com as famílias no âmbito da Preservação Familiar.

Para a análise e tratamento da informação obtida utilizou-se a Análise de Conteúdo, cujo método tem como pressuposto examinar as informações, enfatizando uma cadência de sentidos, da descrição à interpretação. Assim, numa primeira fase, como referimos acima, procedeu-se à transcrição das três entrevistas, registando os discursos tal qual como foram produzidos. Numa segunda fase foram feitas várias leituras dos textos transcritos e na terceira fase procedeu-se ao agrupamento da informação em categorias e sub categorias. O método fundamenta-se na obra de Laurence Bardin (1977), que o designa por Análise de Conteúdo e categorização. (Anexo F)

Nesse âmbito Guerra (2006), refere que o fluente de informação que resulta de uma pesquisa qualitativa “é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro, decorrendo o seu acionamento e a sua forma de tratamento do material do enquadramento paradigmático de referência (Guerra, 2006, p. 62) e que o seu tratamento varia de pesquisa para pesquisa e de investigador para investigador.” (Guerra, 2006, p. 63).

Através da realização da análise de conteúdo reduz-se a quantidade de material a trabalhar; conhecem-se os discursos, quer no todo quer nas componentes que os constituem; comparam-se os discursos produzidos em cada entrevista (Guerra, 2006).

A análise das entrevistas possibilitou a identificação de conteúdos que foram codificados em categorias. Para a mesma autora (Guerra, 2006 p. 62) “a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo”. Nesta lógica, os discursos analisados foram sujeitos a uma triangulação, cruzando a informação obtida pelos vários instrumentos de recolha de informação na interpretação das entrevistas.

4.2. Contexto da Investigação - Associação Caminhar- Modelo de Intervenção no âmbito da Preservação Familiar.

“(...) é uma Associação vocacionada para a intervenção centrada na criança e na família, que tem como finalidade a prevenção da institucionalização...”
(Xarepe *et al*, p.115)

A Associação Caminhar foi reconhecida como Instituição de Solidariedade Social, pelo Decreto-Lei nº 118/02 de 22 de maio. É uma IPSS e de acordo com o seu Organograma conta com três Delegações: Arganil, Lisboa/Loures e Amadora/Sintra (em anexo). Esta ultima atua num Concelho na Área da Grande Lisboa, contexto da presente investigação, na freguesia de Queluz-Belas. Privilegia o apoio psicossocial à criança e à família e tem como Missão:

“Reduzir e Prevenir o número de crianças institucionalizadas; Prevenir a negligência e maus-tratos infantis; Promover competências parentais; Promover a autonomização familiar e Promover direitos de cidadania. Desenvolvem uma intervenção especializada dirigida às famílias assumindo especial relevância no diagnóstico, prevenção e resolução de

situações de risco psicossocial das famílias, tendo em conta três modalidades de intervenção: Preservação; Reunificação e o Ponto de Encontro Familiar.”

De acordo com o mesmo documento, a intervenção é realizada através de uma equipa multidisciplinar composta por uma Diretora Técnica e uma Equipa técnica (Assistentes Sociais, Educadores Sociais e de Infância e Psicólogos), Assistentes Administrativos e Operacionais, Estagiários e Voluntários. Desenvolve uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças/jovens em situações vulneráveis, com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais dessas famílias, tendo como finalidade o desenvolvimento integral das crianças/jovens no seio familiar, de acordo com as necessidades de cada família.

O CAFAP- Associação Caminhar desenvolve o seu trabalho tendo por base a problemática da negligência, sobretudo, ao nível dos cuidados parentais, associada a outros problemas. Calheiros (2006 citado por Garrido & Camilo, 2012, p. 3) distingue as diferentes formas de negligência:

“(i) a negligência física, como falta de cuidados básicos à criança ao nível das suas necessidades físicas (habitação, alimentação, higiene, vestuário, acompanhamento da saúde física), (ii) a negligência educacional, como omissões parentais relativamente ao acompanhamento escolar, desenvolvimento e saúde mental da criança e, (iii) a falta de supervisão, como omissões ao nível dos cuidados com a segurança física, socialização, estimulação e acompanhamento aos filhos menores”

As famílias acompanhadas pelo CAFAP são famílias que necessitam, essencialmente, de reorganizar o seu quotidiano, desde as questões da habitação, higiene, até à obtenção de competências relacionais, muito relacionadas com o afeto, a relação entre pais e entre pais e filhos, formas de lidar em determinadas situações na fase da infância e adolescência. O trabalho dos Técnicos do CAFAP tem como principal objetivo capacitar os pais, não executar as tarefas por eles, mas sim ensiná-los a fazer, ajudando-os a executar as diferentes tarefas do seu quotidiano. A equipa trabalha assim no reforço e aperfeiçoamento das competências das famílias.

As estratégias de intervenção do Modelo Ecológico-sistémico são a base de intervenção e visam manter a criança no seio familiar, através de uma intervenção focalizada nas intervenções de qualidade família-criança. De acordo com Xarepe, F., Costa I., Morgado M. (2017, p.118) “tem como pressupostos quatro princípios fundamentais: o superior interesse da criança; o tempo útil das crianças; a prevalência da família e a autonomização das famílias”.

Em relação ao superior interesse da criança, é apenas passível de ser concretizado perante uma situação específica tendo em conta as características psicológicas das crianças, a sua integração familiar e sociocultural e o seu grau de maturidade.

Quem intervém junto de uma criança deve fazer uma análise sobre a mesma, o meio em que ela se insere, os fatores de proteção e de risco e todas as decisões adotadas por instituições de proteção social ou tribunais ou órgãos legislativos devem respeitar o superior interesse da criança. (CNPCJR, s/p).

Relativamente ao princípio do tempo útil das crianças, a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja identificada, de forma a garantir uma intervenção atempada para colmatar o perigo em que a criança se encontra. “O meio familiar, como elemento fundamental no processo de socialização da criança, será aquele que melhor assegura o bem-estar e o desenvolvimento integral da criança” (CNPCJR).

A LPPCJR consagra o princípio da prevalência na família, no artigoº 4º, alínea h) da seguinte forma:

“ Na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável”.

Por último, a autonomização das famílias, a intervenção deve ser efetuada para que os pais assumam os seus deveres para com as crianças. Estes devem corresponder ao conteúdo da responsabilidade parental, integrada por um conjunto de poderes/deveres de caráter funcional de exercício obrigatório no interesse da criança (Código Civil Português, artº1878º e 1885º).

De acordo com Xarepe *et al* (2017 p. 118)

“A autonomização da família requer então a organização de uma intervenção que contorne as vulnerabilidades manifestadas pelas figuras com responsabilidades parentais desenvolvendo o reforço das suas competências, de modo ultrapassar rapidamente o que poderia comprometer o desenvolvimento integral das crianças, capacitando-as, assim para a sua missão”.

A Associação Caminhar procura assim, estimular verdadeiramente o *empowerment* de todos os envolvidos no processo de intervenção nas diferentes modalidades de intervenção. Sendo que o estudo incide na modalidade de Preservação Familiar, na prevenção primária de situações de risco de negligência ou maus-tratos, atua a um nível macro (pobreza, desigualdades sociais e acesso à educação). Assim importa referir que: “visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural” artigoº 8º, Portaria nº 139/2013 de 2 de

abril. Para se efetuar a retirada da criança do seio familiar e se realizar uma institucionalização, há que se ter em consideração a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro (5ª versão, Lei n.º 26/2018, de 05/07), que tem como objetivo a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e o desenvolvimento integral. Preservar a família significa intervir na modalidade de prevenção da institucionalização das crianças e jovens em perigo.

De acordo com Xarepe *et al* (2017 pp.119)

“A prevenção primária de situações de risco de negligência ou maus-tratos para as crianças passa por políticas sociais e educativas, num âmbito de atuação a um nível macro: erradicação de fatores como a pobreza, a desigualdade de género, o acesso à educação (...)”

O primeiro nível de prevenção e proteção cabe aos serviços sociais locais, que trabalham com as crianças e os jovens e as suas famílias, e cuja responsabilidade passa por intervir nas situações em que a criança está em risco. A prevenção secundária, na qual intervém a Associação Caminhar tem como objetivo detetar precocemente esta população de risco intervindo para a mudança da situação. (Xarepe *et al* 2017)

Pelo exposto, através dos programas de Preservação Familiar pretende-se que as famílias tomem consciência das necessidades que as suas crianças e jovens apresentam, para que, em conjunto, identifiquem estratégias que permitam colmatar estas necessidades, conseguindo assim que as crianças se mantenham no seu agregado familiar. Quando se planeiam este tipo de programas de intervenção com estas famílias, o objetivo geral é o de contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e parentais, com vista ao aumento dos fatores de proteção e diminuição da institucionalização.

A Associação Caminhar pretende promover a autonomia das famílias, ensinando-as a manter as rotinas no lar, gerir prioridades e recursos e procurar os apoios necessários junto dos serviços da comunidade. Através da Preservação Familiar diminuem-se os fatores de risco, nomeadamente a negligência e os maus tratos, fortalecendo e potencializando os fatores protetores. Assim, nestes programas de preservação familiar, as famílias constituem-se como participantes ativos em todas as fases do processo. Às equipas que intervêm e trabalham com estas famílias, cabe-lhes efetuar um programa de intervenção (PIAF), em conjunto com a família, que deverá ser delineado, tendo em atenção as necessidades da família, com a identificação dos pontos fortes e as áreas de melhoria, dos objetivos a atingir e estratégias a utilizar.

4.3. Caracterização Sociofamiliar do Universo das Famílias no âmbito da Preservação Familiar

Apresentamos agora alguns indicadores fundamentais para entender a intervenção preconizada pela Associação Caminhar no que concerne ao Universo das famílias no âmbito da Preservação Familiar referentes ao seu período de atividade de 2016. Segundo o Relatório de Atividades da Associação Caminhar (2017, s/p) “O CAFAP acompanhará famílias, crianças e jovens consideradas em risco psicossocial de acordo com o disposto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, do Concelho na Área da Grande Lisboa e os demais onde tenha estabelecido protocolos ou parcerias de intervenção.”

A Associação Caminhar, enquanto CAFAP abrange um Concelho na Área da Grande Lisboa e desenvolveu no ano de 2016 um acompanhamento psicossocial sistemático e de proximidade junto de um **total de 144 famílias**, o que equivale a um total de **247 crianças**.

Relativamente à Preservação Familiar transitaram para o ano de 2017, **36 famílias** correspondentes a **82 crianças**. Nesta modalidade a intervenção teve o seu término após as famílias conseguirem autonomizar-se, deixando também de subsistir indicadores de perigo para as crianças.

De acordo com o mesmo Relatório, no âmbito do acompanhamento realizado por esta instituição, podemos constatar que 70 Famílias beneficiaram da Intervenção da Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar, permitindo a sua manutenção nos agregados familiares, correspondendo a uma intervenção junto de 145 crianças.

No ano de 2016, 96% das crianças acompanhadas foram sinalizadas no âmbito das Medidas de Promoção e Proteção ou de Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais, Tutelares cíveis através do Tribunal de Família e Menores (TFM) e das Comissões Proteção Crianças e Jovens (CPCJ). Ainda no mesmo ano, no âmbito da intervenção psicossocial desenvolvida no CAFAP, a Associação Caminhar encerrou a sua intervenção junto de 64 famílias, o que corresponde a 141 crianças.

4.4. Amostra

A amostra foi elaborada com recurso aos processos individuais das famílias (PIAF) e é composta por **oito famílias e 20 crianças** (alvo da observação direta nas visitas domiciliárias no âmbito das medidas de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens e das

Medidas de Apoio junto dos pais, alvo da Intervenção da Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar). Tivemos o cuidado de selecionar famílias de Freguesias distintas para a amostra de forma a perspetivar diferenças entre o meio rural e o meio urbano deste Concelho na Área da Grande Lisboa.

CAPITULO V – Tratamento e apresentação dos resultados

Começamos por fazer a caracterização sócio demográfica das oito famílias e das 20 crianças observadas no seu contexto natural através das visitas domiciliárias que foram feitas. Seguidamente, passamos a apresentar os resultados obtidos, após se ter realizado o tratamento dos dados, com base nas entrevistas realizadas aos profissionais do CAFAP.

5.1. Caracterização Sócio Demográfica das oito Famílias

Para termos uma perspetiva geral das características das famílias participantes no presente estudo apresentam-se de seguida alguns indicadores sociodemográficos. A amostra é constituída por todo o agregado familiar que vive com a criança e/ou Jovem em risco e desde logo, distingue-se pela predominância do sexo feminino, apresentando uma média de idades de 35 anos. Existiam três casos de gravidez na adolescência e uma mãe com incapacidade motora. As famílias eram na grande maioria de nacionalidade Portuguesa, sendo que existia apenas uma família africana.

Ao nível das habilitações literárias das mães, três possuíam habilitações ao nível do 3º ciclo, quatro o nível do 2º ciclo, e uma o 1º ciclo. Das oito mães apenas uma estava inserida no mercado de trabalho e outra a frequentar cursos profissionais subsidiados, com equivalência escolar, as restantes seis encontravam-se desempregadas. O desemprego representou nestas famílias um dos grandes fatores de exclusão social observados.

Relativamente à tipologia familiar, quatro eram famílias nucleares em situação de união de facto e quatro monoparentais sendo que três eram solteiras e uma viúva. Quanto ao número de elementos que compunham o agregado familiar, o grupo maior era composto por oito elementos, sendo que o menor era composto por três. Quanto à duração da intervenção por parte da Associação Caminhar é de referir que três famílias eram alvo de intervenção direta há mais de 2 anos sendo que ao longo da intervenção mais problemáticas foram aparecendo (uma nova gravidez, desemprego, entre outras) o que fez com que a intervenção fosse alargada.

A nível de entidades sinalizadoras destes processos três destas famílias estavam com Medidas de Apoio junto aos Pais- Tribunal de Família e Menores e cinco das CPCJ através de Acordos de Promoção e Proteção sendo a Negligência a principal problemática sinalizada. Os fatores de risco identificados durante a observação direta foram a pobreza, violência doméstica, problemas de saúde mental, toxicodependência e alcoolismo. Foi observado a existência de precárias condições de higiene e habitacionais nestas famílias,

sendo que numa das famílias um quarto era partilhado por quatro crianças que dormiam na mesma cama e uma bebé que dormia na cama dos pais. Em várias famílias foram identificados vários fatores de risco, sendo que seis eram apoiadas em Banco Alimentar, mobiliário e vestuário. De referir ainda a existência de duas mães adolescentes com um percurso de institucionalização do primeiro filho, sendo que numa no decorrer da investigação, ficou grávida (gravidez não desejada). Uma das mães era vítima de maus tratos por parte do marido. Este foi um caso observado de insucesso da intervenção pois as seis crianças desta família foram institucionalizadas no decorrer da investigação, por se encontrarem em perigo.

Durante o trabalho empírico realizado demos conta da existência de um caso encerrado com sucesso onde foram desenvolvidas todas as Medidas de promoção e Proteção propostas e a criança deixou de estar considerada em perigo. Relativamente aos fatores de risco observados nestas famílias destaca-se sobretudo a pobreza tendo um impacto direto na praxis educativa das famílias, seguida da desorganização familiar, principalmente onde a saúde mental das mães principais cuidadoras esta em causa. Também foi observado comportamentos de risco (álcool e toxicodependência), conflitos parentais e violência doméstica. Foi-nos também observado numa mesma família existirem vários fatores de risco associados.

5.2. Caraterização Social das 20 Crianças

As 20 crianças que constituem a amostra deste estudo são as que integram os agregados familiares em estudo. Relativamente às idades das crianças alvo de Medidas de Promoção e Proteção eram compreendidas entre os dois e os 13 anos. De salientar que das vinte crianças, cinco não frequentavam equipamentos de Infância, sendo esta uma Medida de acordo de Promoção e proteção aplicada e alvo de intervenção do CAFAP.

O carácter preventivo da Preservação Familiar foi aqui observado pois sendo as crianças mais pequenas permite à equipa técnica uma intervenção precoce mais favorável. No entanto existiam outros desafios, pois uma criança muito pequena não tem capacidade para verbalizar e expressar as suas dificuldades. Assim, a capacidade de dar resposta a situações de risco e de perigo numa fase mais precoce tem vantagens relevantes na intervenção de forma a prevenir situações de comportamentos desviantes na adolescência. Existiam duas crianças que estando a frequentar a escola estavam sinalizadas pelas ausências uma vez que nem eram justificadas pelos Encarregados de Educação.

No que concerne à nacionalidade 19 crianças eram Portuguesas sendo apenas uma africana. Este revelou-se um indicador importante para a intervenção pois deve-se ter em conta fatores culturais associados às diferentes origens daquela criança e família.

Outro indicador relevante respeita a questões de saúde, foram identificadas cinco crianças com acompanhamento psicológico, sendo que três tomavam medicação e eram acompanhadas em Pedopsiquiatria. Duas das crianças estavam também sinalizadas pela ELI (Equipas Locais Intervenção) e eram acompanhadas por técnicas de Intervenção Precoce. Foram identificadas crianças que não tinham o plano de vacinação previsto em dia e que não eram acompanhadas em consultas de desenvolvimento infantil no Centro de Saúde.

No que respeita à tipologia de risco, a negligência estava presente na totalidade dos motivos da sinalização destas crianças. Envolvia a interrupção ou privação dos cuidados parentais, privação afetiva, relacional e social. A desatenção, a indiferença, falta de resposta por parte dos pais às necessidades básicas como a alimentação e saúde nas diferentes fases de desenvolvimento das crianças. Foi observado, num dos casos, negligência de carácter involuntário numa criança devendo-se à incapacidade motora da mãe em proporcionar os cuidados adequados. Foi observado neste caso específico a importância da intervenção da Associação Caminhar no processo de capacitação desta mãe enquanto cuidadora de uma criança e responsável pelo seu desenvolvimento físico, emocional e social. Uma das crianças identificadas foi vítima de abuso sexual por parte de um tio, sendo que esse processo se encontrava em tribunal.

5.3. Organização do CAFAP

Neste ponto apresentaremos os resultados obtidos, resultantes das entrevistas realizadas à Diretora Técnica, à Coordenadora Técnica e à Assistente Social do CAFAP- Associação Caminhar.

Em 2001 assistia-se em Portugal a um fenómeno de um elevado número de crianças institucionalizadas. (Xarepe *et al*, 2017) O impacto da institucionalização era sentido pelos profissionais de saúde e de justiça com situações familiares de grande fragilidade e risco social, que viam a sua ação condicionada pela inexistência de respostas centradas nas famílias. Assim, em 2001 surge uma resposta pioneira, a Associação Caminhar criada por

um grupo de profissionais ligados aos Tribunais de Família e Menores e à Maternidade Alfredo da Costa.

Segundo o Regulamento Interno da Associação (maio de 2016) a: “A Caminhar, com a criança e a Família- Associação de Ajuda Psicossocial é uma Instituição particular de solidariedade social.”⁸A sua missão está assim definida para prevenir o abandono efetivo, a ausência de figuras parentais, a fragilidade psicossocial ou mesmo a delinquência infantojuvenil, os maus tratos, o abuso mas, e acima de tudo, a institucionalização da criança.

Esta descrição está presente na entrevista à Diretora Técnica:

“A Associação Caminhar...para contextualizar...surgiu em 2001 com intervenção a partir de 2004. Na altura não existia uma regulamentação chamada CAFAP Centro de Apoio familiar e Acompanhamento Parental então surge com o objetivo de desenvolver junto de famílias um trabalho que as ajudasse a capacitar das suas competências parentais em que as crianças pudessem, em vez de ter a resposta da institucionalização trabalhar as suas famílias para que as crianças se mantivessem nos seus agregados ou então em situações de crianças que se encontravam institucionalizadas trabalhar então a família para que a criança pudesse novamente fazer o retorno à sua família de origem, família alargada”. (Entrevista à D.T.)

O CAFAP regula a sua intervenção através de um conjunto de programas que incorporam normas e princípios, constituindo-se, assim, como mecanismos reguladores, orientadores e organizadores da intervenção desta resposta.

De acordo com Xarepe *et al* (2017, p.116) a publicação da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo- LPPCJP Lei n.º 147/99 de 1 de setembro representou uma mudança na “conceção da intervenção assente numa lógica de envolvimento da rede social, partindo-se do pressuposto de que a proteção de crianças e jovens exige uma ação multidimensional das várias entidades que atuam no terreno e de diversos setores serviços de saúde, a educação e outras”. Os princípios pelos quais a equipa técnica do CAFAP se regula estão inscritos na Lei no 147/99 de 1 de Setembro.

Em 2013 surge a portaria de 139/2013, de 2 de abril que veio estabelecer o funcionamento dos CAFAP em três modalidades de intervenção: “Preservação Familiar, Reunificação e o Ponto de Encontro Familiar”. Segundo a Diretora Técnica do CAFAP: “Esta intervenção já era desenvolvida na Associação; veio apenas enquadrar a nossa intervenção, pois as três modalidades já eram desenvolvidas.”

⁸ Reconhecida de utilidade pública pelo Diário da República n.º118- IIIª série, de 22 de maio de 2002.

As estratégias de intervenção do Modelo Ecológico-sistêmico preconizado pela Associação Caminhar através de uma intervenção focalizada nas interações de qualidade família-criança tem como pressupostos quatro princípios fundamentais: o superior interesse da criança; o tempo útil das crianças; a prevalência da família e a autonomização das famílias. Em relação ao superior interesse da criança, quem intervém junto de uma criança tem que fazer uma análise cuidada sobre a mesma, o meio em que ela se insere, os fatores de risco e de proteção e determinar em função desta análise cuidada de toda a informação. A Declaração dos Direitos da Criança, no seu art.º 7º, assim como a LPPCJP do art.º 4º referem a este princípio, sendo que na atual redação, Lei 142/2015, pode ler-se:

“A intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e jovem, nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.”

Segundo a Coordenadora Técnica da equipa:

“Existe sempre a preocupação com o bem-estar daquela criança ou crianças! Se a criança está bem, se os seus direitos estão salvaguardados, se os cuidados básicos estão assegurados, se a harmonia da família está em pleno, se aquela família está direcionada para aquela criança, se sentem aquela criança, se a prioridade daquela família é a criança” (Entrevista à C.T)

Relativamente ao tempo útil de cada criança, a intervenção deve ser iniciada logo após a situação de risco ser identificada, de forma a garantir uma intervenção atempada para colmatar o perigo. Segundo uma das técnicas que acompanham os casos e relativamente a estes dois princípios:

“É conversado aqui o que se vai trabalhar; é definido um plano de intervenção...saber quais são os fatores que protegem aquela criança os que a colocam em risco...as potencialidades da família isto no âmbito da Preservação não é?!... Isto porque a criança estando inserida numa família temos que perceber aqui quais são as questões que temos que trabalhar para que aquela criança não fique em situação de perigo, não é? Aqui trabalha-se muito o risco.” (Entrevista à AS)

Já a Coordenadora Técnica ainda sobre o mesmo assunto acrescenta:

“Ao longo do tempo damos apoio à família na Medida de Promoção e Proteção estabelecida, para que as alíneas que lá estão sejam cumpridas, medidas essas que foram feitas para aquela família, sempre com o objetivo do bem-estar daquela criança e que a situação de perigo seja ultrapassada.”

A Lei Proteção e Promoção de Crianças e Jovens em Risco consagra o princípio da prevalência na família, no art.º 4, alínea h) da seguinte forma: “Na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável.”

A Coordenadora Técnica não tem dúvidas ao afirmar:

“Nós já tivemos imensas situações de crianças que tinham muito pouco em termos económicos mas que em termos de afeto e de carinho de amor eram suficiente... e isso ninguém consegue dar sem ser a própria família. Tudo o resto, com os técnicos e a intervenção articulada conseguem fazer aquela família funcionar, agora em termos de amor é a própria família.... E é isso que a Caminhar aposta e tem como objetivo no âmbito da preservação familiar.” (Entrevista à C.T)

A Diretora Técnica ressalta na sua entrevista a importância deste princípio: “Estas pessoas têm sonhos como qualquer um de nós e devemos os respeitar sempre na nossa intervenção. Temos que trabalhar sempre na perspetiva de que manter-se esta criança na sua família (...) preservando sempre o seu bem-estar”.

Para que a autonomização aconteça, as figuras com responsabilidades parentais, devem desenvolver as suas competências, que podem comprometer o desenvolvimento integral das crianças. Assim, na entrevista realizada à Diretora Técnica esta afirma a importância nas relações de confiança que vão existindo ao longo do processo:

“Procurar recursos... encontrar estratégias para as famílias...dar, sensibilizar, criar...pronto até ao longo do tempo vai se reavaliando... ou porque houve situações que já foram ultrapassadas ou porque outras surgiram no meio... por isso a importância de ir avaliando e reajustando as estratégias e adaptando as necessidades até à sua autonomização... e encerramento do processo.” (Entrevista à D.T)

Já a Assistente Social reforça a importância do reforço das competências:

“Relativamente ao trabalho que é feito com a família, quando nós chegamos à casa de uma família aquilo que queremos fazer é essencialmente ensinar, capacitar e dotar aquela família de estratégias, competências nomeadamente de competências parentais... fortalecer algumas que não estejam tão trabalhadas” (Entrevista à A.S)

Ao longo da intervenção procura-se estimular verdadeiramente o *empowerment* das famílias acompanhadas, definindo-o como “um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades que permite a esses sujeitos aumentar a sua eficácia do exercício da sua cidadania.” Pinto (1998, citado por Xarepe *et al* 2017, p.119)

Neste âmbito, a Assistente Social reforça que a autonomização é o objetivo principal na Intervenção com as famílias

“Esse plano é desenvolvido com a família com o objetivo de autonomizar as pessoas e recorrendo às respostas da comunidade sempre que necessário, valorizando as suas competências, alterando alguns comportamentos, reajustando outros...portanto... até a sua autonomização.” (Entrevista à A.S)

Os canais de comunicação são outro dos elementos constituintes do CAFAP. De facto, é igualmente importante perceber de que forma a equipa técnica do CAFAP comunica, dado que é mais um elemento para compreender a atuação do CAFAP.

“A Caminhar tem 3 polos digamos assim. A sede é em Lisboa, depois temos esta delegação de Sintra e outra no Concelho de Arganil. A Comunicação é feita inter-equipas com a equipa de cada delegação é uma comunicação diária aqui com toda a equipa onde se vai expondo os casos, também temos as reuniões semanais de supervisão onde os casos são analisados discutidos e aí temos o apoio de quem faz esta supervisão. Para além disso, temos também as reuniões mensais de todas as diretoras técnicas de Lisboa, Sintra e Arganil. Também participamos de uma forma, mais no fundo de dar feedback, nas reuniões da Assembleia geral para apresentar sempre o trabalho que tem sido desenvolvido. Existe sempre um trabalho semanal que é supervisionado.”
(Entrevista à D.T)

Também aqui os canais de comunicação integram um conjunto de normas e procedimentos no que concerne à informação e comunicação. No que respeita à comunicação da Associação com o exterior, ou seja, com as organizações/serviços, esta pode ser feita de forma mais formal, através de emissão/receção de ofícios, pareceres e relatórios sociais, sobretudo para/das entidades sinalizadoras, tais como Segurança Social e a CPCJ, bem como o Tribunal; e também informal, sobretudo via telefone, ou em contexto de reunião, com os diferentes serviços com quem interage, com fins de encaminhamento, articulação e acompanhamento das famílias, de forma a agilizar o acesso à informação e a consequente resposta à família. Estas duas formas de comunicação referidas foram igualmente observadas no decurso da observação não participante (Diário de Campo. Anexo B).

Os canais de comunicação com a família assumem, igualmente, o formato formal e informal. A formalidade está presente, sobretudo, em reuniões de elaboração e avaliação dos PIAF e a informalidade no decorrer da intervenção, quer através de telefonemas para a Associação, aos quais assistimos com pedidos de ajuda específicos (sejam pedidos de Banco Alimentar, sejam pedidos de ajuda para resolver diversas situações), reuniões de acompanhamento e visitas. Intervir com famílias e vulneráveis, como observámos, exige uma ação baseada sobretudo em estratégias e procura de respostas. Podemos observar que as técnicas recebem ao longo do dia vários telefonemas das famílias com pedidos de ajuda, ou para relatar situações que ficaram pendentes na última visita, daí a importância de se estabelecer uma relação de confiança entre o profissional e a família sendo fundamental para o desenvolvimento da intervenção.

Em síntese, em 2001 surge uma resposta pioneira, a Associação Caminhar criada por um grupo de profissionais ligadas aos Tribunais de Família e Menores e à Maternidade

Alfredo da Costa. Este CAFAP regula a sua intervenção através de um conjunto de programas que incorporam normas e princípios, reguladores e orientadores da sua intervenção. Os princípios pelos quais a equipa técnica do CAFAP se regula estão inscritos na Lei no 147/99 de 1 de Setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) sendo que em 2013 surge a portaria de 139/2013, de 2 de abril que veio estabelecer o funcionamento dos CAFAP em três modalidades de intervenção: “Preservação Familiar, Reunificação e o Ponto de Encontro Familiar”. As estratégias de intervenção do Modelo Ecológico-sistémico preconizado pela Associação Caminhar através de uma intervenção focalizada nas interações de qualidade família-criança tem como pressupostos quatro princípios fundamentais: o superior interesse da criança; o tempo útil das crianças; a prevalência da família e a autonomização das famílias.

Podemos, assim, observar que, os canais de comunicação do CAFAP assumem um carácter formal e hierárquico, quer interna, quer externamente. No entanto, não deixa de se observar igualmente o carácter informal da comunicação, sobretudo realizado através de telefone ou em contexto de reunião, pela equipa técnica do CAFAP com os serviços, como o intuito de obter/dar informação e agilizar e mobilizar recursos, de forma a responder às necessidades das famílias.

5.4. As Famílias acompanhadas pelo CAFAP

Nos testemunhos por nós obtidos foi possível verificar algum nível de consenso quanto à definição e caracterização das famílias acompanhadas pelo CAFAP. “A literatura e a investigação acerca destas famílias têm enfatizado os seus défices, focando a descrição dos problemas e os modos de disfuncionalidade familiar.” Sousa *et al.*, 2007, p.16). Nas narrativas das entrevistadas foi possível identificar alguns aspetos externos ao sistema familiar (contexto) relacionados com as competências profissionais dos membros destas famílias. Tais como desemprego, baixa escolaridade, problemas de saúde, entre outros. Referem, ainda, que esta característica se reflete também no facto de os problemas afetarem mais do que um membro da família. Por vezes numa família são os vários membros da família que estão a passar determinados problemas.

A Diretora Técnica refere,

“São famílias que a nível de habilitações tem essencialmente o ensino básico, são sobretudo jovens, em situação, a maioria delas de pobreza, com poucos recursos económicos. Os problemas sociais que estão normalmente identificados, são situações de violência, alcoolismo, desorganização da própria estrutura familiar que são vivenciadas ao longo dos anos e que sempre foram vivenciadas daquela forma, que é necessário intervenção para

cortar este ciclo. Um trabalho no sentido de dar outros instrumentos a essas famílias.” (Entrevista à D.T)

Acrescentam ainda a existência de vários problemas, ou recorrência de problemas, ao longo do seu ciclo de vida familiar, o que se relaciona com o fator geracional. Este determina, muitas vezes, o destino destas famílias, na medida em que os problemas que demonstram foram igualmente identificados nas gerações anteriores:

“Por vezes a grande maioria tem uma vida negra trazem consigo da sua infância grandes pesos...muitas vezes também elas foram crianças sinalizadas... não conhecem outro modelo para eles, dando o exemplo dos maus tratos, não estou aqui a defendê-los...mas eles aprenderam que para educar um filho é preciso bater.” (Entrevista à DT)

Foram também observadas algumas particularidades ao nível do seu funcionamento familiar (dinâmica familiar), destacando-se a grande dificuldade na definição de papéis dentro da família, a desorganização familiar. Não obstante, de uma forma geral, as Entrevistadas referem que as famílias apresentam potencialidades e competências, e que a sua identificação tem um papel fundamental na elaboração do diagnóstico:

“Esse plano é desenvolvido com a família com o objetivo de autonomizar as pessoas e recorrendo a respostas da comunidade sempre que necessário, valorizando as suas competências, alterando alguns comportamentos reajustando outros...portanto... até à sua autonomização”. (Entrevista à C.T)

Verifica-se porém que as várias designações negligenciam aspetos positivos destas famílias focando-se apenas nos problemas. Os seus pontos fortes constituem uma poderosa ferramenta para facilitar o trabalho de intervenção e chegar à autonomização da família e tem como objetivo a restauração da relação entre crianças e a sua família. São as capacidades ou competências desta, assim como as características do meio, que garantem uma proteção adequada à criança e jovem. Como fatores protetores da criança podemos entender as características ou os recursos que permitem fazer frente aos fatores de risco que estão presentes no meio sociofamiliar e que minimizam as consequências negativas de uma situação em que a criança se encontra desprotegida. Assim de acordo (Xarepe *et al* (2017) os fatores protetores são características, quer da criança ou do jovem, quer da família capazes de minimizar os riscos de desproteção, assim como as suas consequências.

A Assistente Social reforça a importância das competências parentais:

“Relativamente ao trabalho que é feito com a família. Quando nós chegamos à casa de uma família aquilo que queremos fazer é essencialmente ensinar, capacitar e dotar aquela família de estratégias, competências nomeadamente de competências parentais... fortalecer algumas que não estejam tão trabalhadas... e havendo algumas alterações... no sentido em que até têm e não sabem fazer diferente. No fundo ensiná-los, dotá-los...levá-los a fazer diferente ...” (Entrevista à A.S)

Pelo exposto, depois de analisarmos o CAFAP enquanto resposta social passou-se a descrever e analisar de que forma o CAFAP observa as famílias relativamente às suas características. Torna-se pertinente trazer estas observações, no sentido em que vão influenciar a forma como o CAFAP intervém. Verificou-se então, que as famílias são, sobretudo, observadas, a partir dos seus problemas e necessidades, que encerram fraquezas e fragilidades e que as várias designações negligenciam aspetos positivos focando-se apenas nos problemas. No entanto reforçam que os seus pontos fortes constituem uma poderosa ferramenta para facilitar o trabalho de intervenção e chegar à autonomização da família e tem como objetivo a restauração da relação entre crianças e a sua família.

5.5. Funções e competências dos/as profissionais na intervenção com famílias socialmente vulneráveis

O trabalho da Associação Caminhar não é um trabalho simples e objetivo, uma vez que se lida com pessoas, com crianças e jovens em risco e suas famílias, com vidas repletas de problemas conjugados e de longa duração e, por vezes, pode provocar problemas ou dilemas éticos às Técnicas que trabalham com as mesmas. Estes Técnicos de Intervenção Social, lidam diariamente com responsabilidades éticas claras e simples, como, por exemplo, ao nível dos seus deveres, o direito de confidencialidade do utente, a proteção e bem-estar da criança e do jovem, pois são princípios que se encontram estabelecidos no seu código deontológico da profissão, mas a sua ação e o seu âmbito de decisão vão muito para além desse primeiro nível, situando-se no campo das decisões sobre sentimentos e pessoas, frequentemente fragilizadas, o que complexifica essa mesma ação.

Para estes profissionais a “ética e a deontologia funcionam, por um lado, como orientação interna guiando o exercício profissional, por outro, com referência externa ajudando a promover uma imagem ancorada numa cultura de justiça e responsabilidade”. (Carvalho & Batista 2004, p.98).

De forma a responder a esta complexidade interventiva a composição da equipa da Associação Caminhar é multidisciplinar, o que possibilita uma intervenção especializada e ajustada às problemáticas das famílias. De acordo com o artigo 23º da Portaria 139/2013 de 2 de abril, a equipa técnica é composta por: “um técnico de Serviço Social, um Psicólogo e um Educador Social”. A Associação Caminhar, conforme o Organograma é constituída por

Assistentes Sociais, Psicólogos, Educadora de Infância, uma supervisora/terapeuta familiar, administrativo, mediadores familiares, ajudante de Educação familiar e voluntários.

Na descrição da entrevista da Diretora Técnica e relativamente à sua equipa, ela salienta que se trata de:

“Uma equipa multidisciplinar em que temos Assistentes Sociais e Educadores, Psicólogos, terapeutas familiares também contamos com o apoio se necessário de enfermeiros, portanto a intervenção com estes técnicos é feita de acordo com as necessidades que são diagnosticadas naquelas famílias. (...) Os processos acabam por ser distribuídos em função dessa especialidade que cada técnico vai desenvolvendo ao longo dos anos. E esses sim são os responsáveis para trabalhar o caso.” (Entrevista à D.T)

Ao longo da observação naturalista que fomos desenvolvendo no terreno, verificámos que as funções das Assistentes Sociais e Psicóloga assumem mais um carácter executivo: fazer, apoiar, motivar, acompanhar, executar e elaborar. Desta forma, observámos uma relação hierárquica, da coordenação relativamente à restante equipa técnica. No entanto, importa referir que esta relação hierárquica convive igualmente com uma relação horizontal, na medida em que a equipa trabalha e decide em conjunto, na definição da intervenção com as famílias, como foi possível verificar em diversos momentos da observação não participante que desenvolvemos junto da equipa técnica.

Relativamente às competências necessárias para se trabalhar com famílias socialmente vulneráveis, a Diretora Técnica do CAFAP descreve as seguintes: humildade, capacidade de escuta e de comunicação, empatia e confiança:

“Eu acho que para um bom técnico que trabalha nesta área é essencial a Empatia. Portanto, ele conseguir criar uma relação empática com os membros da família, pois isso traz depois a confiança não é?! Porque o nosso objetivo é efetivamente provocar e desencadear mudanças e isso só é possível se existir essa relação. É importante também que as próprias famílias consigam identificar as dificuldades que têm no seu dia-a-dia e conseguirem ser diferentes com essa relação. Tem também que ter muita formação. É a base!” (Entrevista à D.T)

Reforça ainda as competências académicas e técnicas mas também a criatividade e sentido do humor do técnico na procura de respostas e estratégias:

“A parte técnica é fundamental... estarmos muito atualizados, pois trabalhamos com as famílias, com as dinâmicas familiares que são estruturas complexas e que o técnico tem que ter um conhecimento profundo sobre elas. Tem ser flexível, o respeitar as famílias, o ter capacidade de ser criativo. Eu acho também que temos que ser criativos na nossa intervenção” (...) Temos sentido de humor e conseguirmos brincar com as pessoas com as situações... é o aliviar.” (Entrevista à D.T)

Ainda segundo a Diretora deve-se, igualmente, assumir uma postura flexível, adaptando-se às situações:

“Temos que ter alguma flexibilidade, sabermos adequar às pessoas não só em termos da linguagem mas também à postura. No nosso papel de técnico isto é essencial para que possamos ajudar as pessoas... mas... eu acho que estas são a base” (Entrevista à D.T)

A Assistente Social, por sua vez, refere o respeito pela pessoa e o não julgamento:

“Não entrarmos junto de uma família e dizer que não sabem fazer, não. Não estamos ali para julgar, para inspecionar, não. Estamos ali para apoiar aquela família para fazer um caminho... Por exemplo, o facto de termos uma população multicultural, com culturas diferentes tem que existir o respeito pelo outro...eu não posso chegar ali e por eu achar que é assim impor a minha ideia, temos que encontrar aqui uma solução onde eles se sintam confortáveis. Seremos assertivos...Olhe é para fazer ok?! Não há aqui forma de... é um trabalho que se vai fazendo”. (Entrevista à A.S)

A mesma reconhece que a atitude do profissional influencia, positiva ou negativamente, o comportamento da família: “Tem muito a ver com o reforçá-los positivamente.” Assim, a equipa técnica salienta como competências fundamentais para a intervenção com as famílias: a humildade, a capacidade de escuta e de comunicação, a empatia e a confiança, a flexibilidade, o respeito pela pessoa e o não julgamento, sendo estas competências fundamentais quando se lida com as famílias. Deste modo, a atitude e as competências referenciadas por estas profissionais poderão constituir-se como elementos facilitadores da auto-organização da família.

A literatura vai exatamente no mesmo sentido, ao sublinhar que “as atitudes e características pessoais do profissional são cruciais no desenvolvimento de relações eficazes com as famílias.” (Sousa *et al.*, 2007, p.73). Ao defenderem esta ideia e partindo desta área de intervenção, a Educação Social distingue-se relativamente ao trabalho social pelo seu caráter pedagógico, não formal, fundamentais do saber profissional. “Reflexividade, polivalência técnica, criatividade, adaptabilidade e dinamismo são características do saber profissional dos Educadores Sociais” (Carvalho & Batista 2004, p.83)

Compreendemos assim que os perfis dos profissionais que trabalham e interagem e com as famílias são importantes analisar. Podemos afirmar que, os/as profissionais terão que desenvolver determinadas competências pessoais. Assim, a equipa técnica salienta como competências fundamentais para a intervenção com as famílias: a humildade, a capacidade de escuta e de comunicação, a empatia e a confiança, a flexibilidade, o respeito pela pessoa e o não julgamento, sendo estas competências fundamentais na medida em que as famílias recebem informações e orientações que necessitam de compreender e processar de acordo com as suas regras de organização e, só depois disso poderão alterar, ou não, a sua estrutura. Deste modo, a atitude e as competências referenciadas por estas

profissionais poderão constituir-se como elementos facilitadores da auto-organização da família.

5.6. Intervenção no âmbito da Preservação Familiar

Sabemos que nenhuma família é igual e que a intervenção com as famílias pode evoluir com sucesso, manter-se sem mudança ou agravar-se, como foi observado, dependendo de vários e diferentes fatores. Cada situação tem que ser trabalhada conforme as particularidades de cada família, de cada elemento que a engloba e das circunstâncias de vida. Tem que se atender à heterogeneidade nelas presentes, considerando que todas as famílias possuem competências.

Assim neste âmbito a Portaria 139/2013 de 2 de Abril vem dividir este tipo de intervenção em tipologias, e neste sentido no contexto de intervenção da Associação Caminhar desenvolve-se um trabalho próximo e sistemático junto das famílias com o intuito de promover as suas competências parentais para que possam através de uma intervenção adequada cumprir as suas responsabilidades parentais. No âmbito da Preservação Familiar podem ser aplicadas medidas de Promoção e Proteção à infância (Lei 147/99, artigo 35º), também designadas de medidas em meio natural de vida, podendo estas ser junto dos pais ou de outro familiar ou de confiança devendo ser uma pessoa idónea. Assim, Preservar a família, é permitir que as crianças e jovens cresçam no seu ambiente familiar, mantendo e fortalecendo os laços familiares, estabilizando as situações de crise, aumentando as competências das famílias e facilitando a utilização de recursos formais ou informais por parte das mesmas. A criança tem um melhor desenvolvimento se estiver inserida na sua família pelo que nenhuma criança deve ser retirada dos seus pais, antes de se fazer tudo o que for possível, para melhorar as condições da família e proteger as crianças.

Assim, considerando que a família é um grupo de extrema importância, a intervenção desenvolvida por esta Instituição torna-se fundamental e essencial para que as crianças possam continuar no seio familiar. São desenvolvidos planos de intervenção ajustados a cada situação, com o objetivo de apoiar a família nas suas fragilidades. (Xarepe *et al* 2017).

De acordo com as mesmas autoras, o Protocolo de intervenção da Associação Caminhar na modalidade da Preservação familiar passa por num primeiro momento procede-se à sinalização da situação das crianças à Associação Caminhar pelas CPCJ;

pelos Tribunais de Famílias e Menores (TFM), e por todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude.

Segundo a análise da Coordenadora Técnica:

“A sinalização chega formalmente pela equipa que considerou a intervenção da Caminhar. Chegam-nos dos tribunais, das equipas que fazem assessoria aos tribunais, as comissões, escolas, centros de saúde pontualmente. Aqui na Caminhar as situações que nos chegam não são normalmente de primeira linha”. (Entrevista à C.T)

Já a Assistente Social refere:

“As entidades mesmo antes de sinalizar formalmente...há sempre um contato prévio. Temos uma ficha de sinalização, é analisado com a equipa efetivamente essa sinalização e depois aí sim há os procedimentos” (Entrevista à A.S)

Num segundo momento, é contactada a família para a realização de uma primeira entrevista psicossocial com vista à elaboração de um diagnóstico. Numa visão sistémica fazer o levantamento de necessidades da família, dos seus recursos, dos fatores de risco e protetores da criança. É um processo contínuo e sempre participado, pelo que nunca se encontra acabado, ou seja, deve ser um método dinâmico do conhecimento dos fenómenos sociais que levam o indivíduo a uma situação de perigo e, também, da definição da intervenção junto desse mesmo indivíduo para que deixe de existir o perigo.

A avaliação diagnóstica psicossocial é, assim, o ponto fundamental de qualquer intervenção. Em situações de perigo é efetuada, na Associação, em articulação com os vários e diferentes sistemas sociais (as Escolas, Centros de Saúde, Segurança Social, IPSS, Tribunais, CPCJ, Polícia, entre outros) que acompanham a família.

É indispensável, para perceber a história da criança e da sua família, identificar o(s) problema(s) que colocam o menor em situação de perigo e estabelecer as formas de resolução dos problemas a serem adotadas.

Nesta avaliação e de acordo com Magalhães (2002, pp. 45 a 47) importa referir os seguintes aspetos:

- “Caraterísticas individuais dos pais: alcoolismo, toxicodependência, saúde mental, desemprego, baixo nível económico.
- Caraterísticas individuais das crianças: vulnerabilidade pela idade, personalidade, perturbação da saúde física ou mental.
- Caraterísticas do contexto familiar: gravidez indesejada, família monoparental, família destruturada ou com filhos de outras ligações, violência doméstica, famílias com problemas socioeconómicos, habitacionais, pobreza.
- Caraterísticas do contexto social e cultural.”

Na Observação da Diretora Técnica é muitas vezes nas assinaturas dos Acordos Promoção e Proteção que se começa a fazer diagnóstico daquela família.

“Na Preservação Familiar, quando vêm das comissões... há as assinaturas dos acordos de promoção e proteção; não é nós estarmos lá presentes para conhecermos as famílias,... onde é feito efetivamente a primeira entrevista onde se faz todo o diagnóstico da família”

Num terceiro momento, tal como pudemos observar durante o trabalho de campo, passa-se para a elaboração de um Plano de Intervenção de Apoio familiar (PIAF), individual para cada família (artigo 10º da Portaria nº139/2013 de 2 de abril). O PIAF contém, designadamente:

- a) “Identificação e residência da família;
- b) Diagnóstico da situação atual da família;
- c) Diagnóstico do risco psicossocial da família;
- d) Fatores de risco e fatores de proteção;
- e) Fragilidades e potencialidades familiares;
- f) Objetivos a atingir pela família;
- g) Atividades a desenvolver;
- h) Recursos a utilizar e apoios necessários;
- i) Tempos para a intervenção e avaliação do processo;
- j) Identificação do técnico do CAFAP responsável pela intervenção, bem como do coordenador de caso referido no artigo 17.º, responsável pela coordenação dos apoios à família”

Sendo elaborado nesta fase o plano de ação, descreve-se todas as atividades que os Técnicos irão desenvolver junto dos indivíduos, tudo o que se pretende fazer e quando, quais as tarefas de cada um e quais os recursos que se vão utilizar, estabelecendo as atividades prioritárias e imprescindíveis. (Xarepe *et al* 2017).

Durante o trabalho empírico para a presente investigação, tivemos acesso e foram disponibilizados os PIAF para consulta de cada família alvo da nossa observação direta, onde pudemos verificar que também engloba a identificação e residência da família, o diagnóstico da sua situação atual e do risco psicossocial dessa família. Integra igualmente, como verificámos, todos os aspetos necessários a serem trabalhados com cada família, isto é, a relação afetiva entre adultos, as manifestações de relações afetivas adultos/crianças, a situação escolar e o percurso escolar da criança/jovem, os hábitos alimentares, de higiene e manutenção da habitação, os problemas identificados no contexto territorial de residência do agregado, as rotinas familiares relativamente ao acompanhamento escolar das crianças e relativamente ao estabelecimento de regras, limites, os modos de vida relacionados com atividade culturais/lúdicas da família, a rede de suporte da família, os recursos do contexto territorial, os recursos da família alargada, as formas de exercício de autoridade.

A carência económica e consequente carência alimentar são aspetos também observados e cada vez mais evidenciados nas famílias acompanhadas pela Associação no Concelho na Área da Grande Lisboa. Assim, a Diretora Técnica evidencia que a Associação tem como resposta para estes casos:

“Damos suporte a nível de banco alimentar, pois nestes últimos anos as famílias têm essas carências. Medicação, temos um protocolo que nos apoia em mobiliário, roupas de casa e para a família que é sempre necessário. Temos situações em que as famílias não têm dinheiro para pagar o equipamento de infância, das creches para a criança; damos também essa ajuda... lá está é consoante as necessidades da própria família.” (Entrevista à D.T)

Sendo o referido PIAF individual para cada família, são definidos objetivos claros, recursos comunitários a envolver e os apoios necessários. O plano de intervenção estabelecido para cada família implica sempre a participação da mesma nas várias fases. Este plano visa que a família identifique, em conjunto com os técnicos, as dificuldades sentidas, as suas necessidades de forma a poder ser ultrapassada a situação de perigo que está na origem da sinalização. (Xarepe *et al* 2017).

A Assistente Social refere: “ A família participa no fundo, em cada passo e depois dá-se início a esse trabalho (...) à ação em si não é (...) Procurar recursos (...) encontrar estratégias (...) dar, sensibilizar, criar “. Como foi observado nem sempre as prioridades dos técnicos correspondem às prioridades das famílias, por isso é essencial que a família consiga identificar as necessidades de mudança para que esta ocorra efetivamente. Neste sentido, um dos aspetos que também têm em conta no diagnóstico é a motivação e o querer mudar.

Tal como refere a Diretora Técnica do CAFAP, “o primeiro contato é realizado pelo serviço que procura a família, e não o contrário, procurando-se criar, a partir daqui, espaços que potenciem uma relação de confiança”. No entanto a negociação com as famílias relativamente aos objetivos a cumprir inicia-se a partir da visão da equipa técnica daquilo que são as necessidades da família, procurando que a família reconheça tais necessidades e se envolva na supressão das mesmas, tal pode ser ilustrado com a seguinte afirmação da Assistente Social:

“Bem, é assim. A família é importante, bastante importante porque a família é que tem que se sentir bem e identificar quais são as suas necessidades. A intervenção é sempre dirigida por um técnico mas a família tem que se sentir bem e querer aquela mudança. No caso de uma família onde seja desenvolvida uma estratégia de intervenção por ela tem que mudar quando uma família não esta motivada para... tem que existir uma motivação por parte da família para fazer esse percurso. Os objetivos são definidos com a família atendendo a que nada que aquela família possa desenvolver possa colocar aquela criança em situação de perigo, porque em primeiro lugar nestas situações estão as crianças e o seu bem-estar. Se uma família não quer colocar aquela criança em equipamento de infância e os técnicos considerem que é extremamente importante para garantir a sua proteção a sua segurança pois aqui tem que ser direcionada nesse sentido. Tem que ser explicado essa importância da necessidade da integração daquela criança em equipamento de infância”.(Entrevista à A.S)

A abordagem metodológica privilegiada de acompanhamento psicossocial com as famílias neste âmbito são as visitas domiciliárias que acompanhámos durante cerca de três

meses ao longo do decorrer do trabalho empírico (ver Diário de Campo em anexo). Permitiu-nos o contato real e próximo com a família, onde observámos as dinâmicas familiares daquelas famílias, as suas rotinas.

“A nossa principal intervenção no âmbito da Preservação é ao domicílio e tem uma justificação. É onde as pessoas sentem as suas dificuldades, onde as pessoas vivem onde fazem o seu dia-a-dia onde se desenrola toda a sua vida. Para além de estarmos com as famílias também as queremos observar no seu contexto, para podermos estar com as crianças, as dificuldades que elas apresentam como é que a família reage a solicitações das crianças... portanto todo o nosso trabalho, ou a grande maioria dele, é feito ali.” (Entrevista à D.T)

Nas visitas domiciliárias ouvimos as suas dificuldades bem como pedidos de ajuda (por exemplo, relativamente às competências parentais, como criar um horário de tarefas, de rotinas diárias de criar um espaço seguro para a criança e até dúvidas relativamente à saúde, alimentação e educação).

A Assistente Social na sua Entrevista refere:

“Estamos ali para apoiar aquela família para fazer um caminho... e às vezes é ensiná-los. Por exemplo, relativamente aquela questão dos pais terem dificuldade em dizer “não” aos seus filhos, impor regras. É uma coisa terrível [ri-se], às vezes temos que explicar que se diz que não e porque é que é que não... temos que explicar e isto facilita não é?! A questão que tem havido cada vez menos e ainda bem, da punição física ainda há aquele preconceito que uma palmada bem dada na altura certa não faz mal... isto não é possível...existem outras formas, outras estratégias! Temos que pensar em conjunto. O que é que mais se apropria a esta família” (Entrevista à A.S)

O facto de as técnicas irem a casa das famílias permite-lhes contactar com as dificuldades do dia-a-dia das mesmas, promovendo uma maior sensibilidade para com as dificuldades da família, e também um aumento do número e tipo de estratégias especificamente orientadas para os problemas evidenciados por aquela família. Ao irem a casa das famílias, as técnicas estabelecem com elas uma relação próxima, criando novas respostas e oportunidades de relação que promovem a adesão da família à mudança.

O apoio ao domicílio de acordo com Carvalho (2015, p. 14) “pode conduzir a uma intervenção que responda à necessidade e exigências plausíveis, por outro lado, pode também produzir efeitos notáveis nas relações no seio familiar”. Torna-se pertinente ressaltar que sempre que saímos em visita domiciliária e acompanhámos as duas técnicas, apercebemo-nos, em conversa informal com elas, que é esse o procedimento (nunca vai um Técnico sozinho). Uma técnica desenvolve a intervenção e a outra escreve no registo diário que faz parte do processo daquela família. O facto de um técnico estar mais disponível para a família permite-lhe interagir nas dinâmicas familiares o que produz ligações mais efetivas e eficazes nas relações com todos os elementos da família.

De salientar ainda que o plano de intervenção é redefinido e reajustado ao longo do desenvolvimento da intervenção, para que se dê respostas a novas necessidades ou crises familiares que possam surgir. Sublinha-se aqui o papel da supervisão técnica sistemática de casos que acontece uma vez por semana e que suporta toda a intervenção. A supervisão técnica torna-se muito relevante nos casos em que o técnico não consegue criar empatia e relação com aquela família o que pode por em causa o sucesso da intervenção:

Tal como a Assistente Social refere:

“Não é um plano estanque...existe uma necessidade na altura da sinalização...depende das situações...mas por vezes as coisas mudam e temos que repensar. É aqui que o apoio da supervisão é fundamental na medida em que nos deparamos com situações que não seriam expectáveis e temos que perceber então o que aconteceu aqui e em que sentido vamos direccionar a intervenção”. (Entrevista à A.S)

Ainda assim podemos observar a flexibilidade na intervenção da equipa com as famílias, no decorrer da intervenção, em que se adequam as estratégias, consoante as famílias. A equipa técnica mostra, igualmente, disponibilidade para a intervenção em dias e horários que não os definidos no horário normal de trabalho. Realizam visitas ao fim-de-semana no sentido de, por um lado, observar a interação entre pais e filhos e, por outro lado, apoiar na criação de condições e dinâmicas saudáveis aquela família.

Um outro momento em que se observou flexibilidade na intervenção teve a ver com a redefinição dos objetivos da família, o que levou a equipa a repensar a intervenção e fazer novamente a avaliação das necessidades numa reunião de supervisão técnica. Numa das famílias observadas houve uma nova gravidez inesperada e indesejada e posteriormente o nascimento de um bebé. Noutra, um caso de violência doméstica que deu origem à institucionalização de seis crianças daquele agregado familiar.

Se a intervenção que se pratica não tem a eficácia que a família e os técnicos desejam, então deve ser modificada. No que toca à relação dos técnicos com as famílias, estes devem ter sempre presente a sua experiência e bases teóricas, mas usando-as sempre como uma base a ser conciliada com as perspetivas da família. Apesar de ser do técnico o papel de propor as decisões a tomar, este deve fazê-lo de forma a mobilizar e promover as competências familiares, as quais podem ajudar na resolução dos seus problemas. Assim, as famílias sentem fazer parte do seu processo de mudança (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

A avaliação da Intervenção é feita com a família e entidades intervenientes no processo familiar, através de reuniões, informações e relatórios psicossociais. É essencial

que os Técnicos façam reuniões interdisciplinares regularmente. Como refere a Diretora Técnica:

“Durante todo o tempo da medida são feitos relatórios para as entidades sinalizadoras dando conta da situação....Daquilo que já se trabalhou; daquilo que se tenciona trabalhar... Estas reuniões envolvem diferentes grupos, com diferentes perspetivas, de forma a falarem sobre um determinado tema, efetuando trocas de informação e material de trabalho, entre os quais textos, práticas, atividades, vídeos para a realização dos relatórios”.

A avaliação é feita em vários momentos durante a intervenção:

“Todo este trabalho e durante todo o tempo da medida é feito relatórios para as entidades sinalizadoras dando conta da situação....Daquilo que já se trabalhou daquilo que se tenciona trabalhar... Ou não! Por vezes as famílias surpreendem-nos e elas próprias conseguem devolver e prever o que vai acontecer naquela família...positivamente claro.” (Entrevista à C.T)

Importa aqui referir que as decisões que resultam dos períodos de avaliação são, sobretudo, sobre formas de intervenção e sobre pareceres. A decisão final sobre o processo de uma família cabe ao tribunal, que pode decidir, ou não, de acordo com o parecer da equipa técnica. Assim, as decisões na intervenção com famílias socialmente vulneráveis são, sobretudo, acerca dos objetivos a atingir com as famílias, a adoção das medidas de promoção e proteção, a (re)avaliação dos objetivos a atingir e o arquivamento dos processos:

“Nós queremos que de alguma forma eles se sintam seguros com a nossa presença e que sintam que a nossa presença seja uma mais-valia. Mas porque eles são capazes de o fazer (...) Por norma, quando existe um processo de promoção e proteção nós temos que fazer um relatório psicossocial, sempre baseado em factos concretos, coisas que nós observamos e aqui dar o nosso parecer um balanço. Por norma é de 6 em 6 meses, porque existem famílias mais resistentes do que outras e cada uma com o seu tempo. O que acontece é que há algumas que em 6 meses conseguem mudanças, há outras que passado esse tempo têm mais dificuldade e resistente à intervenção” (Entrevista à A.S)

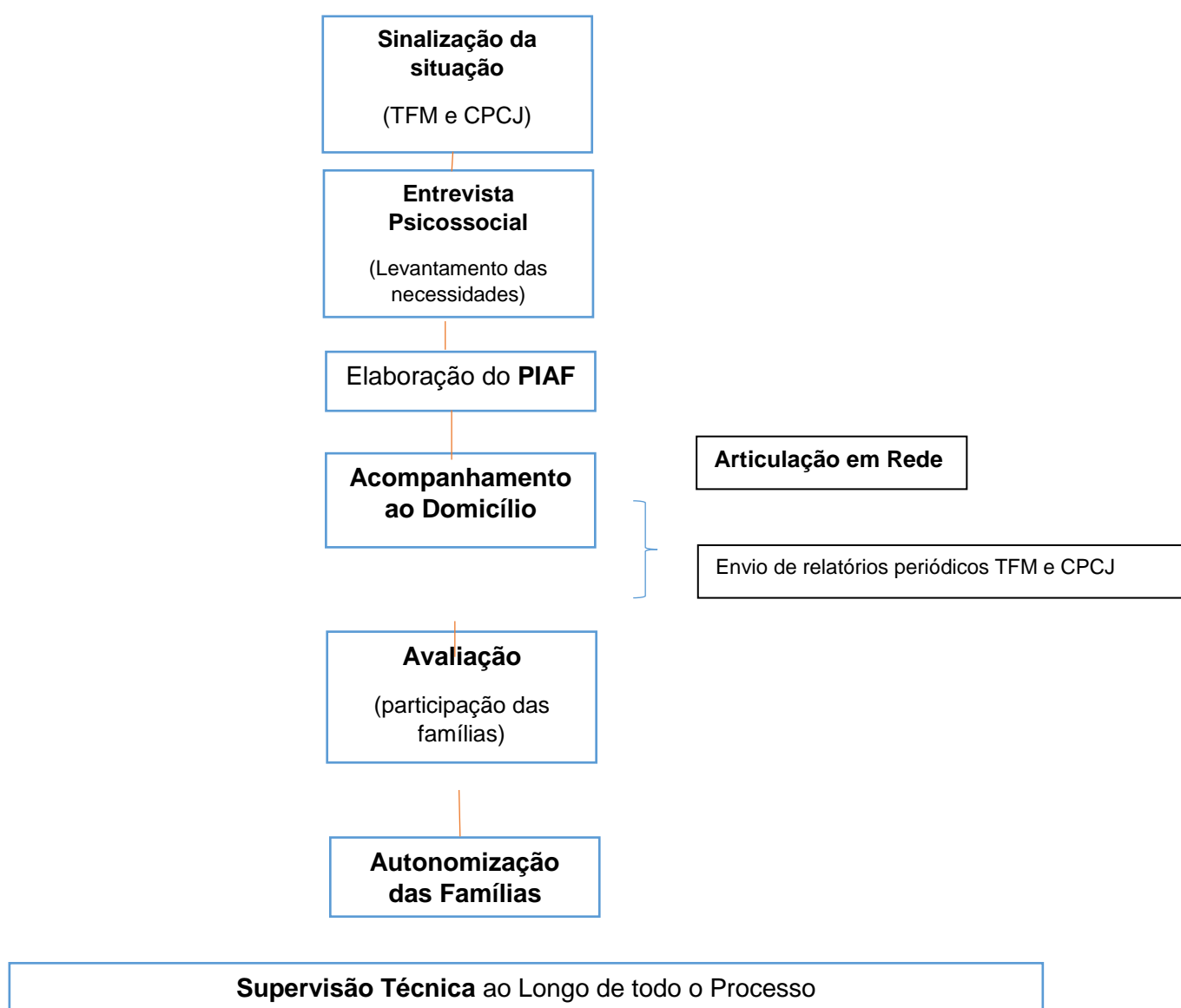
Relativamente ao período de intervenção a Coordenadora Técnica salienta:

“É assim... isto é uma intervenção que é para além de ser muito intensa e intensiva... demora não é?! Normalmente, dos muitos processos que temos neste momento são de entidades como a comissão ou o TFM temos medidas a cumprir que no máximo são de 18 meses e nós durante o tempo da medida aplicada vamos fazendo relatórios. Por vezes é necessário irmos para além disso a intervenção já não é tão sistemática e intensiva mas sim um acompanhamento mais distanciado mas para que a família sinta que tem este suporte e que os vai ajudar. Poderá haver situações que efetivamente a intervenção é mais prolongada. Todo este trabalho e durante todo o tempo da medida é feito relatórios para as entidades sinalizadoras dando conta da situação.” (Entrevista à C.T)

O art. 35º, LPCJP) prevê que a aplicação destas medidas é sempre da competência exclusivas das CPCJ e dos Tribunais, pelo que estas medidas são executadas no meio natural de vida da família, isto é, no apoio junto dos pais, no apoio junto de outro familiar, na

confiança a pessoa idónea, no apoio para a autonomia de vida, ou em regime de colocação, ou seja, no acolhimento familiar e no acolhimento em instituição.

Quadro 2 -Síntese do protocolo de intervenção da Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar (Xarepe *et al*, 2017).



Elaborado pela autora

Em síntese, e tendo em conta a modalidade da Preservação familiar a Associação Caminhar desenvolve um trabalho que procura promover possibilidades para que as crianças e jovens cresçam no seu ambiente familiar mantendo e fortalecendo os laços familiares, aumentando as competências das famílias. Assim, considera que a família é um grupo de extrema importância e a sua intervenção torna-se fundamental para que as crianças permaneçam no seio familiar. O Protocolo de intervenção da Associação Caminhar na modalidade da Preservação familiar passa por uma série de etapas que se inicia com a sinalização das famílias e visam a sua autonomização. A avaliação diagnóstica psicossocial é o ponto fundamental de qualquer intervenção, em situações de perigo. Esta é efetuada, na Associação, em articulação com os vários e diferentes sistemas sociais (as Escolas, Centros de Saúde, Segurança Social, IPSS, Tribunais, CPCJ, Polícia, entre outros) que acompanham a família.

O Plano de intervenção de Apoio familiar (PIAF), implica sempre a participação da família e visa que esta juntamente com o técnico identifique as suas dificuldades e necessidades para poder ultrapassar a situação de risco/perigo que está na origem da sinalização. A abordagem metodológica privilegiada de acompanhamento psicossocial com as famílias neste âmbito são as visitas domiciliárias que como observámos permitiu-nos o contato real e próximo com as famílias.

5.7. Redes de Suporte Social

As tendências atuais da política social e intervenção social popularizaram o conceito de rede social e as intervenções em rede. O Programa Rede Social, no contexto social e político português, é um exemplo desta orientação.

“O Programa Rede Social foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de Novembro (RCM), reconhecendo o papel das tradições de entajuda familiar e de solidariedade mais alargada. Pretendia-se, com base nos valores associados a estas tradições, fomentar uma consciência coletiva e responsável dos diferentes problemas sociais e incentivar *redes de apoio social integrado* de âmbito local”. (p.11)

Ao nível da Rede Social identificaram-se, como recursos de apoio à intervenção da Associação Caminhar às famílias: os apoios de Ação Social e o Rendimento Social de Inserção. De acordo com a observação realizada, a intervenção do CAFAP, pauta-se também pelo trabalho em parceria, o qual assenta na colaboração articulada entre

profissionais multidisciplinares e no trabalho em rede entre diversos intervenientes sociais. Verificou-se que os recursos sociais que mais se evidenciam no trabalho em rede com a família pelas técnicas do CAFAP são: IPSS; Associações Locais, Segurança Social; Escolas; Hospital; Centro de Saúde; Infantários; Creches; Polícia de Segurança Pública; Tribunais; Equipa de Intervenção Precoce.

Segundo Sousa & Ribeiro (2005) cada família está inserida numa comunidade que comporta uma rede de instituições com as quais todas as famílias e indivíduos se envolvem em algumas fases do seu ciclo de vida ou em momentos de crise. Esta relação apresenta especificidades no caso destas famílias.

“De facto, as redes sociais informais destas famílias compreendem, por norma, membros com características muito próximas, por isso, pouco capazes de trazer recursos novos à família (Sousa, 2005). Por outro lado, com as redes formais é frequente a ocorrência de situações de conflito e apatia, que tendem a afastar as famílias (Imber-Black, 1988; Colapinto, 1995). O contexto é, então, percepcionado pelas famílias como uma dimensão frágil nas suas vidas”. Sousa & Ribeiro (2005, p.18)

É extremamente importante que, durante o processo de intervenção com as famílias, os técnicos desenvolvam estratégias que tenham por objetivo criar ou reforçar as redes formais e informais das famílias. Tendo por base Carvalho & Pinto (2016, p.193) “Um princípio importante das redes sociais é o planeamento por parte dos profissionais (...) encontrar formas organizadas de compreender as redes formais e informais (...)”

A articulação com as redes formais e informais sendo outra das estratégias utilizada pelo CAFAP, na tentativa de responder à complexidade dos problemas das famílias, preconiza a parceria entre os vários Técnicos das mais diferentes áreas de intervenção para que se desenvolva uma intervenção efetiva e eficaz. As parcerias ou redes sociais de parceiros são estruturas de ação integrada que procuram identificar necessidades e conceber estratégias ou criar projetos conjuntos, partilhando responsabilidades. Colocam em comum recursos com vista a atingir determinadas finalidades, como partilhar pertenças, fazer circular informação, produzir ajudas, mobilizar capital social, ligar os agentes económicos ou controlar as políticas públicas.

Neste âmbito, a Coordenadora Técnica reforça a intervenção em Rede como uma potencialidade na intervenção: “Quando são famílias que até têm algum acompanhamento às vezes da primeira linha, o Centro de Saúde numa intervenção mais específica no âmbito da saúde e que a família até aderiu a essa intervenção é tido como uma potencialidade”.

Como aponta a Assistente Técnica eles articulam com os Centros de Saúde, Escolas. Assim, através do correio eletrónico, a equipa Técnica envia informações ou ao médico ou Professor:

“Para nós é essencial articular: com as escolas, com os centros de saúde com as Entidades que de alguma forma têm ligação com aquela família... e esta articulação pode ser de diversas formas. Temos aqui posso dizer em Sintra as redes e equipas com quem trabalhamos mais... temos uma ótima relação conseguimos facilmente pegar num telefone ou enviar um email por questões que tem que ficar formalmente identificadas”. (Entrevista à A.S.)

Esta situação encontra-se prevista no (artigo 24º da Portaria nº139/2013) “cooperar e articular com outras entidades ou serviços da comunidade vocacionados para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias, designadamente nas áreas da educação, da saúde, da justiça, da segurança social, do emprego e da formação profissional”.

No entanto também sentem dificuldades, pois vários técnicos a trabalhar com as famílias também as desorganizam:

“As famílias acabam por se desorganizar quando o que se pretende na intervenção é a organização da estrutura familiar. Portanto, isso é delineado, temos que perceber muito bem isso e efetivamente conhecer muito bem as Entidades já envolvidas ou com quem estas famílias já estão a ser acompanhadas para se definir o que é que cada um faz... e mesmo para as famílias isso tem que ficar bem esclarecido...o papel de cada um. (...) por vezes desorganizamos aquelas famílias”. (Entrevista à D.T.)

Verificou-se numa família uma diminuição das competências familiares e à delegação das funções parentais nos serviços da comunidade, dada a diversidade dos problemas apresentados. Algumas destas famílias tendem a ser acompanhadas por múltiplos serviços e técnicos, em função da especialidade e pertença institucional.

Como tal a Diretora Técnica identifica:

“Nós já tivemos situações em que as pessoas... há uns anos atrás... que passavam a semana a abrir a porta a técnicos... não surte efeito... as famílias deixam de reconhecer o que cada um faz, a importância da intervenção” (Entrevista à D.T.).

Também Sousa *et al* (2007, p. 58) refere “que a descoordenação e fragmentação que tem sido apontadas aos serviços de proteção social parecem existir igualmente no âmbito da rede informal: apoios provenientes de diferentes fontes, sem que se conheçam ou articulem”.

É aqui que surge o conceito da multiassistência, utilizado frequentemente para descrever estas famílias, e identificado pela Diretora Técnica:

“Depois também dependo um pouco de como as Entidades de cada Concelho se organizam...como é que a Rede já funciona, pronto. Mas às vezes efetivamente somos confrontados com famílias que têm não sei quantos técnicos... do tribunal, da Junta de Freguesia, da Ajuda alimentar... por isso é necessário uma reunião extra com os diferentes técnicos para aí definirmos onde cada um intervém... o que cada um tem que fazer...qual o seu papel... porque não faz sentido, por exemplo, sendo a nossa intervenção neste modelo ir depois o técnico do rendimento social (RSI) também a casa e depois a equipa não sei de aonde... As famílias acabam por se desorganizar quando o que se pretende na intervenção é a organização da estrutura familiar”. (Entrevista à D.T)

A falta de articulação entre os técnicos e entidades que acompanham a mesma família, é apontada como uma das causas para a existência da multiassistência. A intervenção de Técnicos de diferentes equipas com a mesma família deve ser bem articulada e em Rede, visto que implica, muitas vezes, um prejuízo à família e para o trabalho dos Técnicos. Neste sentido, verifica-se que se torna pertinente consolidar metodologias de trabalho, adequar a intervenção a um modelo mais estruturado e organizado, investir em novas formas de atuação e numa nova postura dos Técnicos face aos desafios das famílias, construindo-se parcerias efetivas e eficazes.

O artigo 5.º da (Portaria nº139/2013) faz precisamente referência a esse princípio “Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida pelos profissionais cuja ação seja indispensável à avaliação e ao acompanhamento da situação familiar, por forma a evitar-se a sobreposição de atuações na vida das famílias e das crianças ou jovens”. Este princípio denota o cuidado que se deve ter aquando do processo de intervenção de modo a evitar atuações desnecessárias, seja de entidades públicas seja de entidades privadas, na vida da criança ou do jovem e sua respetiva família.

Nas conversas informais que fomos estabelecendo com as Técnicas do CAFAP, verifica-se que os profissionais pretendem promover autonomia nas famílias como forma de combater a multiassistência. Por outro lado percebeu-se que o conceito de multiassistência não é consensual para todos os profissionais no que diz respeito ao seu potencial e as fragilidades encontradas. Em reuniões de supervisão foi discutido a constante intervenção de Técnicos com diferentes metodologias e objetivos de intervenção com a família o que provoca uma maior resistência à mudança e uma menor receptividade ao apoio que lhe é prestado.

Por sua vez, o contexto territorial de residência do agregado pode servir como potencialidade se as relações de vizinhança forem positivas, permitindo uma melhor integração na vida social ativa. Se a rede de vizinhança for um suporte para a família, pode ser considerada uma potencialidade para a família. Pode verificar-se o contrário, em que a família não se encontra integrada saudavelmente na comunidade e acaba por funcionar como um fator negativo para o desenvolvimento daquela família.

Uma boa parte das famílias acompanhadas pela Associação Caminhar são multiassistidas, o que acaba por ser confirmado neste estudo. Verificou-se que existem muitas famílias a viver da multiassistência, sendo que em muitos casos se perpetua ao longo dos tempos e até passado de geração em geração. Assim, algumas famílias mantêm-se em intervenção por longos períodos.

Sousa *et al* (2007, p. 60) aborda o mito da multiassistência

“A ideia veiculada de que as famílias multiproblemáticas pobres são multiassistidas acaba por não ser confirmada. De facto, uma parte dessas famílias vive da multiassistência, mas por existem as que nunca receberam ajuda formal e que continuam em condição vulnerável.”

No sentido que acabamos de expor, ao nível da Rede Social identificaram-se, como recursos de apoio à intervenção da Associação Caminhar às famílias: os apoios de Ação Social e o Rendimento Social de Inserção. Verificou-se que os recursos sociais que mais se evidenciam no trabalho em rede com a família pelas técnicas do CAFAP são: IPSS; Associações Locais, Segurança Social; Escolas; Hospital; Centro de Saúde; Infantários; Creches; Polícia de Segurança Pública; Tribunais; Equipa de Intervenção Precoce.

A articulação com as redes formais e informais é outra das estratégias utilizada pelo CAFAP, na tentativa de responder à complexidade dos problemas das famílias. A falta de articulação entre os técnicos e entidades que acompanham a mesma família é apontada como uma das causas para a existência da multiassistência. A intervenção por Técnicos de diferentes equipas com a mesma família deve ser bem articulada e em Rede, visto que implica, muitas vezes, um prejuízo à família e para o trabalho dos Técnicos. Neste sentido, verifica-se que é pertinente consolidar metodologias de trabalho.

CAPÍTULO VI – Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procurámos compreender de que forma a atuação do CAFAP- Associação Caminhar contribui para a redução e/ou resolução das situações de risco e para a alteração das condições sociais e das dinâmicas familiares, que se encontram desajustadas ao desenvolvimento integral da criança ou jovem no âmbito da Preservação Familiar. A nossa preocupação central foi a de mostrar que os problemas das sociedades atuais são demasiados complexos e exigem novas formas de pensar e de agir. Ora, uma das problemáticas sociais mais marcantes do mundo em que vivemos é a família e, naturalmente, o processo educativo, no qual, hoje em dia, registamos a intervenção de diversos agentes.

Tratando-se de um estudo exploratório, não se tem o propósito de fazer uma generalização dos resultados obtidos, pretendendo-se, apenas, aceder às perspetivas dos Técnicos, recorrendo à metodologia qualitativa, apropriada a um estudo de caso e que nos permite ter acesso às representações individuais dos mesmos. Esta investigação baseou-se numa reflexão sobre o papel desempenhado pela Associação Caminhar a quem compete promover a capacitação das famílias no âmbito da Preservação Familiar no Concelho na Área da Grande Lisboa.

Como pudemos verificar a Associação Caminhar surge em 2001 e é criada por um grupo de profissionais ligados aos tribunais de Família e Menores e à Maternidade Alfredo da Costa. Nesse ano assistia-se de acordo com Xarepe *et al* 2007, p. 115) “a um fenómeno de um elevado número de crianças institucionalizadas”. Ainda de acordo com as mesmas autoras “o impacto da institucionalização na vida das crianças era sentido diariamente pelos profissionais de saúde e justiça a lidar com situações familiares de grande fragilidade e risco social.” (p.115). Tendo em conta os efeitos nefastos da Institucionalização, a Associação Caminhar tem procurado contribuir para a desinstitucionalização de crianças sendo esse o objetivo principal da Preservação familiar: “A Preservação Familiar visa prevenir a retirada da criança ou jovem do seu meio natural de vida” (artigo 8º da Portaria nº139/2013 de 2 de abril). Tendo por base Xarepe *et al* (2017, p.116)

“A intervenção psicossocial desenvolvida com crianças e jovens em risco tem por base um modelo de intervenção que tem subjacente uma metodologia de acompanhamento primordialmente no domicílio e um enquadramento ecológico- sistémico, com integração do sistema familiar e dos subsistemas individual (criança e pais) e parental (...)”

Neste contexto de Intervenção da Associação Caminhar confirmou-se que a Declaração dos Direitos da Criança aprovada pela ONU e ratificada por Portugal em 1990, é sempre tida em consideração e a equipa técnica do CAFAP regula a sua intervenção pelos princípios inscritos na Lei 147/99 de 1 de setembro. Na Associação Caminhar na intervenção com as famílias, as Técnicas consideram permanentemente as influências do contexto às quais as crianças e jovens estão sujeitas, na medida em que as famílias são influenciadas e influenciam os seus contextos e, ainda, os contextos influenciam e são influenciados pela própria criança e jovem.

Ao longo deste estudo, percebeu-se que as questões da pobreza ganham especial relevo, não se podendo negar o impacto que estas têm no trabalho desenvolvido com as famílias, considerando a satisfação das necessidades básicas fundamentais para a subsistência diária e desenvolvimento global da criança e do jovem. Os problemas identificados nas famílias fruto da observação naturalista no presente estudo foram sobretudo: a **Educação** (baixos níveis de escolaridade e o não cumprimento da escolaridade obrigatória); o **Emprego** (sendo que a grande maioria está desempregada; a **gestão financeira** (sendo das maiores dificuldades sentidas pelas famílias devido à sua condição de pobreza, sendo que algumas beneficiam do RSI e do apoio de Banco alimentar através da Associação; a **habitação** (muitas das vezes sobrelotada e com problemas de manutenção); a **saúde** (existência de situações de alcoolismo, toxicodependência e dependências), **relações familiares e sociais** decorrentes principalmente da solidão, insegurança e de marginalização pela comunidade local. Verifica-se, por isso, que as condições sociais condicionam a vida das famílias e, particularmente, das crianças e jovens e, portanto, as famílias não são as únicas responsáveis na ocorrência de situações de risco.

Neste Concelho da Área da Grande Lisboa a principal problemática identificada e encaminhada para o CAFAP é a negligência, os maus-tratos físicos e psicológicos. A negligência é uma das principais situações de risco identificadas junto das Técnicas da Caminhar, por isso o trabalho de intervenção direta com as famílias é fundamental para o controlo e a diminuição deste tipo de situações. Foram observadas famílias com crianças que não estavam inseridas em nenhum equipamento educativo, gravidez na Adolescência, mães com percursos de institucionalização.

O Protocolo de intervenção da Associação Caminhar na modalidade da Preservação familiar como verificámos passa pela sinalização das famílias; seguida da realização da Entrevista Psicossocial onde é feita a elaboração do o Plano Individual Acompanhamento Familiar; de seguida é feito o acompanhamento ao domicílio com as devidas avaliações até a autonomização das famílias e o devido encerramento do processo. As visitas domiciliárias

realizadas no estudo revelaram-se fundamentais na abordagem com as famílias. Esta abordagem metodológica permitiu-nos um contato próximo com as famílias; compreender as suas dinâmicas familiares, rotinas, o trabalho desenvolvido pelas técnicas no que toca a desenvolver competências parentais. O trabalho com a família de forma gradual, estabelecendo objetivos específicos, baseados nas competências, potencialidades e nas vulnerabilidades das famílias, parece ser o caminho para apoiar as famílias na resolução dos múltiplos problemas objetivos que os afetam bem como na sua capacitação para uma parentalidade positiva.

O número de situações de risco que chega à Associação Caminhar é muito elevado. No trabalho do Técnico com a família, a criação de uma relação de empatia, proximidade, confiança e atitude de colaboração com a criança e sua família ou quem tenha a guarda de facto também se torna muito pertinente para que haja mudanças nos comportamentos das mesmas. A situação de risco identificada, muitas vezes, não é compreendida pelos familiares, vivenciando-se sentimentos de revolta. Esse tipo de sentimento tem que ser dissipado e o trabalho conjunto para o bem-estar da criança e da sua família tem que existir efetivamente.

O trabalho para a promoção e proteção da criança/jovem tem que incluir todos os elementos envolvidos, os pais ou adultos responsáveis, os menores e, se necessário, alguns elementos da família alargada, a intervenção deve por isso ser integrada e em rede desde a Escola, o Centro de Saúde, a Segurança Social, a IPSS na qual a família possa estar a ser acompanhada, Centro de emprego, entre outros.

Esta abordagem sistémica e em Rede preconizada pela Associação favorece uma compreensão total da família o que possibilita à equipa fortalecida pela supervisão externa, delinear estratégias de intervenção integrada com vista ao desenvolvimento psicossocial da criança. A articulação em rede torna-se imprescindível, em todas as fases do processo de intervenção com a família, desde a sinalização, passando pelo consentimento, pelo diagnóstico até à aplicação da medida, para que se alterem as condições de vida das famílias. Esta é uma situação que como verificamos nem sempre acontece da melhor maneira.

O trabalho diário no terreno é fundamental e extremamente necessário, por isso tanto o Tribunal de Famílias e Menores como as Comissões de promoção e proteção de crianças e jovens solicitam a intervenção deste CAFAP, integrando e percebendo as dinâmicas familiares. Este desenvolve um trabalho próximo e sistemático com as famílias

para a sua capacitação e autonomia, a melhoria do desempenho da função parental e, em determinadas situações, a reintegração da criança/jovem novamente no meio familiar.

As técnicas entrevistadas revelaram competências a nível teórico e conceptual na área da criança e da família, assim como conhecimentos aprofundados da legislação em vigor sobre tal, cruzando esses conhecimentos com o exercício da prática profissional. De forma a melhorar a intervenção junto das famílias, deverá continuar-se a apostar na formação dos profissionais, bem como na sua supervisão com o objetivo de capacitar ajudar/apoiar os técnicos construindo em conjunto estratégias para transformar os contextos de risco em contextos de aprendizagem na a intervenção com as crianças, adolescentes e respetivas famílias.

Em muitos dos casos expostos, existiram efetivamente alterações nas dinâmicas familiares. Foi possível ao longo deste estudo apreender as diversas mudanças conseguidas, nomeadamente ao nível das relações familiares, da reintegração das crianças na escola, do apoio ao nível das competências parentais (melhoria da habitação e das suas condições, os cuidados de higiene pessoal das crianças/jovens e das suas famílias, a implementação de regras e limites claros, a criação de rotinas diárias, entre outras). O Plano de Intervenção presume a utilização de uma metodologia de investigação-ação e da observação direta, ao longo do trabalho no terreno, pois as intervenções são realizadas à medida que as situações factuais vão emergindo.

Para as crianças e jovens, verificámos que existirão ganhos socioemocionais consistentes que se consolidaram através da manutenção na família, em condições favoráveis de proteção e da prevenção da negligência, maus-tratos e abandono afetivo. O carácter preventivo da Preservação familiar foi também observado pois sendo as crianças mais pequenas permite à equipa uma intervenção precoce mais favorável. No entanto existem outros desafios pois uma criança muito pequena não tem capacidade para verbalizar e expressar as suas dificuldades

As famílias obtêm da equipa técnica uma referência de apoio individualizado, o fortalecimento de laços afetivos. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei nº147/99) é sempre tida em consideração, sendo que é nos termos da lei em causa, que se realiza o PIAF o qual reveste a forma de um contrato social entre as partes intervenientes, designadamente, a família, e outras entidades que estejam envolvidas no processo, com o objetivo de resolução do problema e como forma de corresponsabilizar a respetiva família para alterar a situação em que se encontra.

Cada família pertence a uma comunidade. A intervenção do Educador Social assume um papel acrescido junto dos agregados familiares e das comunidades envolventes, no sentido de promover processos de sociabilidade integradores em torno da aquisição e reforço de competências sociais que se tornem um dos principais meios para o sucesso educativo dos filhos. Por isso, queremos e pretendemos que as famílias tenham o contributo do Educador Social, o que será necessariamente um trabalho conjunto feito “com” as famílias e não “para” as famílias. “Mais do que trabalhar “para” trata-se de trabalhar “com” as pessoas segundo uma lógica de co-responsabilização e de co-autoria” (Carvalho & Batista 2004, p.59)

Apesar das alterações que o conceito de família tem vindo a sofrer devido a processos de transformação da sociedade contemporânea, acreditamos que a família continua a ser o primeiro agente de socialização da criança. Neste sentido, torna-se necessário refletir sobre a permanência da criança e do jovem na família. Para o Sistema de Promoção e Proteção, apuramos que a intervenção desenvolvida pela Associação Caminhar permite a complementaridade dos serviços da Segurança Social, CPCJ e dos Tribunais. No entanto este estudo dá conta de algumas fragilidades das atuais políticas de proteção, da necessidade de ampliar a rede comunitária e de melhorar a qualificação das organizações e dos Técnicos bem como do combate às desigualdades sociais e exclusão social para eliminar os principais fatores de risco que hoje afetam a vida de milhares de crianças vítimas da pobreza.

Naturalmente, estamos perante uma realidade muito complexa que exige a intervenção multidisciplinar de várias entidades e instituições. Contudo os resultados indicam que a Associação Caminhar pode ser uma resposta útil e viável para apoiar eficazmente as famílias multiproblemáticas com crianças e jovens em situação de risco e perigo. O Modelo de avaliação e intervenção preconizado pela Associação pode contribuir para a segurança e bem-estar das crianças e jovens e para a promoção de um desenvolvimento positivo, em situações de risco e/ou perigo, através de uma abordagem centrada na família. Julgamos que o saldo final acaba por ser favorável, mas é preciso não esquecer que o contexto familiar é bastante mutável e repleto de oscilações.

Os resultados indicam ainda que é possível formar profissionais dos CAFAP para que, com um domínio mínimo das competências exigidas possam intervir nesta problemática. O Educador Social assume aqui um papel de relevo dadas as linhas pelas quais se orienta, salientando-se, desde logo, o seu enfoque no trabalho centrado no sujeito, particularmente em questões assentes na cidadania ativa. (Azevedo, 2011). O Educador Social destaca-se dos outros técnicos pela natureza pedagógica da sua intervenção, pois

concretiza a sua práxis social através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais com o indivíduo prevenindo comportamentos de risco, facultando formação, promovendo a aceitação da diferença, entre muitos outros aspetos.

“O educador Social confrontará o outro com projetos de vida alternativos, procurando sempre viabilizar as suas opções (...) ao encontrar o outro como pessoas ele vai agir não tanto ideologicamente ou institucionalmente mas sobretudo, como um outro sujeito assumindo na plenitude da sua responsabilidade intersubjetiva.” (Carvalho & Baptista, 2004, p.92)

Enquadrando este estudo no domínio da Educação Social estamos perante duas conceções distintas: uma que se inscreve no campo do Trabalho Social; outra que se enquadra no domínio da Pedagogia Social.

Segundo Canastra *et al* (2009 p.2028) a lógica deste tipo de Intervenção

“Deve ser tratada a partir de uma lógica assistencialista, mas como uma estratégia sócio-pedagógica que tem como intuito promover estruturas de participação social (ou comunitárias) que facilitem o próprio autodesenvolvimento social das comunidades. É neste contexto que se tende a falar de “Pedagogia Social”

Do nosso ponto de vista, a Intervenção pedagógica ajuda as pessoas a ajudarem-se a si mesmas, capacita-as, sem prejuízo da assistência a todos aqueles que se encontram incapazes e mais vulneráveis.

Esta investigação tem na base algumas questões orientadoras às quais se procurou responder. No entanto, no decorrer da mesma surgiram novas questões que poderão ser analisadas em próximas investigações. Assim, pode considerar-se vantajoso neste âmbito, avaliar as perspetivas das famílias que são acompanhadas pela Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar, bem como as respostas educativas no âmbito de Reunificação Familiar e Ponto de Encontro Familiar.

Referências Bibliográficas

- Abreu, J. (2011). Reflexões em torno do conceito de famílias multiproblemáticas : a visão do contexto escolar e dos professores sobre a crescente problematização das famílias e suas implicações. Escola de Psicologia. Universidade do Minho.
- Alarcão, A. & Melo, M. (2009). Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Proposta de um modelo global de organização. *Psicologia & Sociedade*. (pp. 55-64)
- Alarcão, M. (2002). Novas formas de família, novas formas de terapia. *In Novas formas de família*, A.P.Relas & M. Alarcão, (Eds.). (pp. 13 – 52). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M. (2006), (Des)equilíbrios familiares, Coimbra: Quarteto, 1ª edição,
- Almeida, A., André I., Almeida H. (2001) Famílias e maus-tratos às crianças em Portugal, Lisboa: Assembleia da República
- Almeida, A. N. (2005) O que as famílias fazem à escola...pista para um debate”. In *Análise Social*, Vol.XI. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Pp.579-593
- Almeida, A. N. (2009) Para uma sociologia da Infância. Jogos de Olhares. Pistas para a investigação. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais
- Almeida, B. L. (2015). Parentalidade e a sua avaliação: Contributo para a validação do inventário sobre parentalidade de adultos e adolescentes (Versão 2), Para a população portuguesa. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa).
- Alves, B. M. (2011). Olhares sobre as necessidades das famílias e as respostas de um centro de apoio familiar e aconselhamento parental (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia, Lisboa). Consultada em <https://core.ac.uk/download/pdf/12424971.pdf>
- Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos (2012). Instrumentos jurídicos do Conselho da Europa relativos às Políticas de Família e Direitos das Crianças.
- Azevedo, M., Maia, Â. (2006) *Maus Tratos à Criança*. Porto: Climepsi Editores.
- Azevedo, S. (2011). Técnicos Superiores de Educação Social: Necessidades e pertinência de um estatuto profissional. Porto: Fronteira da Caos Editores
- Obtido de: <http://educacaosocial1.blogspot.pt/2009/03/resposta-adoc.html>, em. 16/05/2013
- Bardin, L. (1995) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Batista, I., & Carvalho, A. (2004). *Educação social – Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Bronferbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*: Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1979).
- Canastra, F. & Malheiro, M. (2009) O Papel do Educador Social no quadro das Mediações Socioeducativas Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho

- Carta Social Consultado em 18 de março de 2018 <http://www.cartasocial.pt/index2.php>
- Carvalho, M. & Pinto, C. (2016) Serviço Social- teorias e praticas. Factor
- Carvalho, I.M. (2015) *Serviço Social com Famílias*. Factor
- Carvalho, A.D. & Batista, I. (2004) Educação Social Fundamentos e estratégias. Porto Editora
- Cruz, H. & Carvalho, M.J.L. (2011). Infância, famílias e a educação parental In Sampaio, D.; Cruz, H. & Carvalho, M.J.L.(Coords).Crianças e jovens em risco - A família no centro da intervenção. Parede: Principia
- Couras, M. (2013) Educação parental: os CAFAP de Aveiro. Universidade de Aveiro. Tese de Mestrado na área de especialização de Formação Pessoal e Social
- Coutinho, C. & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. Revista Portuguesa de Educação.
- Coutinho, I.;Santos, M. & Gasoar, M. (2012) Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
- Correia, A, Ana (2018) Os CAFAP na produção Académica (2008-2015). Tese de Mestrado em Educação Social da Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Convenção dos Direitos das crianças consultado em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1894&tabela=leis
- Conselho Consultivo das Famílias. (2011). Princípios para uma parentalidade positiva.
- Council of Europe – Committee of Minister (2006) consultado em https://www.coe.int/t/dg3/healthbioethic/Activities/10_Biobanks/Rec%282006%294%20EM%20E.pdf
- Comissão Nacional de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens consultado a 12 março de 2018 <https://www.cnpdpj.gov.pt/>
- Decreto-Lei 118/02 de 22 de Maio de 2002.
- Delgado, P. (2009). O acolhimento familiar numa perspetiva ecológica-social. *Revista Lusófona de Educação*
- Ferreira, Ana (2011) – Educação Familiar como forma de intervenção para o Empowerment - Projeto Formação em Gestão Familiar, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Tese de Mestrado apresentada à Universidade Técnica de Lisboa
- Freitas, Sara. (2011) A intervenção de um CAFAP na relação Família – Escola. Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
- Garrido, M. & Camilo, C. (2012) Negligência parental: Uma abordagem experimental a problemas comunitários In-Mind_Português, Vol.3, N.º 1-4, 1-14

- Gamboa, Maria J. (2001) *Maus Tratos a Crianças*, In SILVA, Luísa F. - *Ação Social na Área da Família*, Lisboa. Universidade Aberta.
- Gil, António (2008) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Sexta edição. Atlas.
- Gonçalves, C. (2007). *Avaliação e Intervenção com Famílias Multiproblemáticas: um olhar sobre os profissionais*. Tese de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
- Guadalupe, S. (2009) *Intervenção em Rede*. Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social. Coimbra
- Guerra, I. C. (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Sentidos e formas de uso. Estoril.
- Guerra, I. C. (2006) *Participação e ação coletiva. Interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Principia Editora.
- Grilo, P. A. (2013b). *A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis: um estudo de caso do CAFAP*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2009) *Guia pratico – Respostas sociais – Infância e Juventude – Crianças e Jovens em Situação de Perigo* Instituto da Segurança Social.
- Lei n.º 147/99. Lei de Proteção de Crianças e jovens em Perigo. DR n.º 204 disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis
- Magalhães. T. (2002) *Maus tratos em Crianças e Jovens*. Quarteto
- Martins, H. (2015) *O Trabalho das Parcerias nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social. ISSP. Porto
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). *A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias*. Estudos e pesquisas em Psicologia
- Melo, A., Alarcão, M. (2011) *Avaliações em situações de risco e perigo para as crianças: Um roteiro organizador*, Análise Psicológica.
- Melo, A., Alarcão, M. (2009) *Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: Proposta de um modelo global de organização*. Psicologia & Sociedade
- Neves, Z. S. (2007). *A (nossa) Intervenção com Famílias multiproblemáticas*. Lisboa Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar.
- Núncio, M. J. (2013). *Políticas de Família e Intervenção Social com Famílias*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Nomenclaturas/Conceitos” Direção Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Pardal, L., & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Maia. Areal Editores
- Payne, M. (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto. Tradução Filipe Duarte, Coimbra, Quarteto Editora, (Edição original, 1997)

- Pereira, D., & Alarcão, M. (2010). *Avaliação da parentalidade no quadro da proteção na infância*. Temas em Psicologia
- Pinto, M., Sarmento, M. J. (Coords.) (1997). *As Crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança/Universidade do Minho, 293 páginas.
- Pinto, M. (1997) A infância como construção social. In M. Pinto, & M. Sarmento (Coords.). *As crianças – contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança
- Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril. Diário da República, n.º 64/2013 – I Série A. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Lisboa.
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (2015). Lei n.º 142/2015 de 8 de Setembro – Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.
- Programa Rede Social consultado a 23 de junho de 2018 http://www.seg-social.pt/documents/10152/147168/programa_rede_social/bfa76312-e5e2-45a6-8678-f2698525c443
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Quingostas, Ângela (2011).- Um programa da educação/treino parental: parentalidade positiva: pais atentos, pais presentes [Em linha]. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Dissertação de Mestrado.
- Rede Nacional de CAFAP (2011). Consultado em novembro 2017, <http://redenacionalcafap.blogspot.pt/p/quem-somos.html>
- Reis, V. (2009) Crianças e Jovens em risco (Contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco) Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade de Coimbra
- Sampaio, D. (2011) *Crianças e Jovens em Risco*. Principia
- Sampaio, D., Cruz, H., Carvalho, M. (2011) *Crianças e Jovens Em Risco, a Família no Centro da Intervenção*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian
- Saraceno, C. Naldini, M. (2003) *Sociologia da Família*. Lisboa: Editora Estampa.
- Sarmento, M. (2018). A Sociologia da Infância portuguesa e o seu contributo para o campo dos estudos sociais da infância. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez., pp. 385-405.
- Sarmento, M. (org) (2004). *Crianças e miúdos: perspetivas sociopedagógicas da infância e Educação*. Porto: ASA Editores
- Sarmento, M. J., Fernandes, N., Tomás, C. (2017) Figuras da criança na sociologia da infância em Portugal, *Sociedad e Infancias*, 1, 39-60
- Serrano, G. (2008) *Elaboração de Projetos Sociais*. Porto Editora
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., Grilo, P. (2007) *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa: Climepsi editores, coleção Sistemas Familiares e Terapias, 11.

- Sousa, L. & Ribeiro, C. (2005a) *Perceção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências*. Psicologia. Vol. XIX (1-2). Lisboa: Edições Colibri.
- Sousa, L. (2005b) *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L. (2005c) *Diagnósticos e problemas: uma perspetiva sistémica centrada nas famílias multiproblemáticas pobres*. Universidade de Aveiro.
- Sousa, L., Pires, S., Matos, A., Cerqueira, M. & Figueiredo, D. (2004). *Retratos da vida das famílias multiproblemáticas pobres: implicações para a intervenção*. Revista Serviço Social & Sociedade
- Tomás, Catarina (2012). Direitos da criança na sociedade portuguesa: qual o lugar da criança? Da Investigação às Práticas, II (1). 118 - 129
- Valente, R. (2009). Parentalidade das famílias multiproblemáticas: como os técnicos a avaliam. Dissertação de mestrado em Vitimização da criança e do adolescente. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa.
- Xarepe, F., Costa I., Morgado M. (2017). *O Risco e o Perigo na Criança e na Família*. Pactor

ANEXOS

Anexo A - Pedido de autorização para efetuar um estudo científico no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária.

Sintra, 29 de novembro de 2016

Ex.^a Senhora Diretora Técnica
Associação Caminhar

Excelentíssima Senhora Diretora Técnica, conforme assunto em epígrafe, venho pedir que me autorize a fazer um estudo na Associação Caminhar. Chamo-me Sandra Manuela Cunha Rosado Marques, funcionária da Câmara Municipal de Sintra- Divisão de Educação e Licenciada em Educação Social. Estou neste momento a preparar a minha Tese Final para a obtenção do Grau de Mestre, no Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

No âmbito da referida investigação e numa altura em que são cada vez mais conhecidos os problemas que os pais enfrentam na educação das suas crianças pretendo compreender de que forma a atuação da Associação contribui para a resolução das situações de risco e para a alteração das condições sociais e das dinâmicas familiares, que se encontram desajustadas ao desenvolvimento integral da criança/jovem, mais concretamente, procurar responder à questão: *quais as respostas socioeducativas que implementam com as crianças/jovens e suas famílias e que dificuldades e limitações enfrentam?*

O meu propósito e motivação resulta da minha convicção de que, enquanto Educadora Social poderei dar um contributo relevante para uma questão que é do interesse de toda a sociedade.

Com os melhores cumprimentos

Anexo C - Guião de Entrevista Semi-Diretiva DIRETORA TÉCNICA DO CAFAP

Sou a Mestranda Sandra Manuela Cunha Rosado Marques e estou a desenvolver um estudo para o Mestrado de Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém – IPS com a temática “ ***Intervenção com Famílias no Sistema de Promoção e Proteção- Estudo de caso da Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar***”

O guião que se segue, foi elaborado com o objetivo de compreender de que forma a atuação do CAFAP- Associação Caminhar contribui para a resolução das situações de risco e para a alteração das condições sociais e das dinâmicas familiares, que se encontram desajustadas ao desenvolvimento integral da criança ou jovem no âmbito da Preservação Familiar.

Obrigada por ter aceite participar neste estudo. Assim gostaria que respondesse às seguintes questões.

| Objetivos | Indicadores de Pergunta/Tópicos | Perguntas | Observações |
|---|--|---|--|
| <p>1. Caracterizar Sócio demograficamente</p> <p>DIRETORA TÉCNICA DO CAFAP</p> | <p>Idade:</p> <p>Sexo:</p> <p>Instrução:</p> <p>Profissão/Função:</p> | <p>Idade:</p> <p>Sexo:</p> <p>Instrução:</p> <p>Profissão/Função:</p> | |
| <p>2. Identificar a resposta Social que regula a sua intervenção através de um conjunto de programas que incorporam normas e princípios, orientadores e organizadores da intervenção com as famílias.</p> | <p>- Organização do CAFAP enquanto resposta social na intervenção com as famílias;</p> | <p>2.1.A Associação Caminhar, sendo um CAFAP é um sistema complexo.</p> <p>Como é que este se encontra organizado?</p> <p>2.2.Quais os programas que regularizam a sua intervenção?</p> <p>2.3.Os canais de comunicação são outro dos elementos constituintes do CAFAP.</p> | <p>Centrar o respondente na temática</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | | <p>É igualmente importante perceber de que forma a equipa técnica da Caminhar comunica?</p> <p>2.4.Como é que articulam na procura de respostas e recursos para as famílias?</p> | |
| <p>3. Identificação das funções e competências dos/as profissionais na intervenção com famílias socialmente vulneráveis.</p> | <p>- Funções/Competências pessoais e profissionais do Técnicos;</p> | <p>3.1. Quais as Funções dos/as profissionais na intervenção com Famílias socialmente vulneráveis?</p> <p>3.2.Quais as competências dos/as profissionais na</p> | <p>Procurar exaustividade apreciativa</p> |

| | | | |
|--|--------------------------------|---|------------------------------------|
| | | intervenção com Famílias socialmente vulneráveis? | |
| 4. Identificar as respostas/estratégias socioeducativas que a Associação Caminhar implementa com essas famílias. | - Estratégias/respostas/ redes | <p>4.1. Quais as respostas/estratégias que a Associação implementa com as famílias no âmbito da Preservação Familiar?</p> <p>4.2. Essas respostas/estratégias são partilhadas e ajustadas com a família?</p> <p>4.3. Existe um tempo definido para a intervenção?</p> <p>4.4. A comunicação da Associação com as famílias e com as organizações das redes que integra, faz-se através de decisões, que estão interligadas</p> | Procurar exaustividade apreciativa |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | | <p>com os programas que regulam o CAFAP, e com as próprias funções e competências da equipa técnica.</p> <p>De que modo é feita essa tomada de decisões?</p> | |
| <p>5. Identificar as famílias acompanhadas pela Associação Caminhar</p> | <p>- Perfil das famílias Multiproblemáticas</p> <p>- Identificação das problemáticas</p> | <p>5.1.As famílias que a Caminhar no âmbito da Preservação Familiar acompanha são, ainda, observadas como tendo “múltiplos problemas”, Quais as principais problemáticas identificadas pela Associação?</p> <p>5.2. Quais as principais entidades sinalizadoras?</p> <p>5.3. Quando estas famílias</p> | <p>Procurar exaustividade apreciativa</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>chegam à Associação quais são os diferentes passos que seguem?</p> <p>5.4.As famílias, por acumularem vários problemas são, geralmente, descritas como multiassistidas.</p> <p>Que dificuldades geralmente sentem na vossa intervenção?</p> <p>5.4.1.Quais as potencialidades e fragilidades que daí advêm?</p> | |
|--|--|--|--|

Obrigada

Anexo D - Guião de Entrevista Semi-Diretiva TÉCNICAS DO CAFAP

Sou a Mestranda Sandra Manuela Cunha Rosado Marques e estou a desenvolver um estudo para o Mestrado de Educação Social e Intervenção Comunitária da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém – IPS com a temática “ ***Intervenção com Famílias no Sistema de Promoção e Proteção- Estudo de Caso da Associação Caminhar no âmbito da Preservação Familiar***”

O guião que se segue, foi elaborado com o objetivo de compreender de que forma a atuação do CAFAP- Associação Caminhar contribui para a resolução das situações de risco e para a alteração das condições sociais e das dinâmicas familiares, que se encontram desajustadas ao desenvolvimento integral da criança ou jovem no âmbito da Preservação Familiar.

Obrigada por ter aceite participar neste estudo. Assim gostaria que respondesse às seguintes questões.

| Objetivos | Indicadores de Pergunta/Tópicos | Perguntas | Observações |
|--|---|--|-----------------------------------|
| 1. Caracterizar Sócio demograficamente | Idade: Sexo: Instrução: Profissão/Função: | Idade: Sexo: Instrução: Profissão/Função: | |
| 2. Identificar as famílias acompanhadas pela Associação Caminhar | - Perfil das famílias Multiproblemáticas - Identificação das problemáticas | 2.1. Enquanto técnica que intervém diretamente com as famílias acompanhadas na Associação Caminhar, descreva-me como são no geral essas famílias? (classe social; habilitações literárias; problemas associados- maus tratos, negligência, modelos de comportamento desviante...) 2.2.As famílias que acompanha são, ainda, observadas | Centrar o respondente na temática |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | <p>geralmente como tendo “múltiplos problemas” o que resulta também em “múltiplas intervenções” na medida em que vários especialistas desenvolvem ações para diminuir ou resolver os problemas diagnosticados da família.</p> <p>Isso é tido como uma potencialidade ou pelo contrário uma fragilidade à vossa intervenção?</p> | |
| <p>3. Identificar as respostas/estratégias socioeducativas que a Associação Caminhar</p> | | <p>3.1.Quando um processo é sinalizado e chega à Associação quais são os passos que seguem?</p> <p>3.2.A família tem um papel ativo na definição dos objetivos da intervenção?</p> | |

| | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|---|---------------------------------------|
| implementa com essas famílias. | - Estratégias/respostas/ redes | <p>3.3.A Caminhar é também um elo de ligação entre instituições e serviços públicos, procurando assim capacitar as famílias, crianças e jovens de autonomia e conhecimentos que lhes permitam, por si só, dar resposta as suas necessidades.</p> <p>Como articulam e interagem com as famílias e as redes formais e informais, na procura de respostas e recursos para as famílias?</p> | Procurar exaustividade apreciativa |
| | | <p>4.1 Dado que a intervenção tem como finalidade a mudança, importa perceber quais as estratégias que usa na intervenção com as famílias e de</p> | |

